

Potencialidade de microcrédito na sociedade Guineense

Indami Namam

Resumo

A economia propõe desafios cotidianos à sociedade, como o combate à pobreza e a procura de uma melhor distribuição. Neste trabalho foi desenvolvido um estudo sobre as oportunidades oferecidas pelo microcrédito, abordando o seu conceito, suas experiências e suas perspectivas.

A presente dissertação tem como objectivo apresentar o microcrédito como um instrumento capaz de promover o desenvolvimento social. Por este motivo, defende-se que o crédito é um direito fundamental da pessoa humana, e desenvolve-se a ideia de que ampliar o acesso ao crédito assegura igualdade de oportunidades e permite o desenvolvimento económico e social do País.

Através de estudo conceitua-se que o microcrédito é uma metodologia de financiamento com formas próprias de garantia. Identifica-se, nessa metodologia, uma capacidade de atingir as pessoas socialmente excluídas do mercado financeiro formal e de promover sua inclusão económico-social.

Conclui-se que o microcrédito é o instrumento central de uma economia focada no ser humano e que tem como objectivo a inclusão e o desenvolvimento social, portanto, o seu formato pode ser considerado uma estratégia importante para reduzir a desigualdade e para erradicar a pobreza na Guiné-Bissau.

Palavra-chave: Microcrédito, Sustentabilidade, Organizações, Empregos.

Potential of microfinance in Guinean society

Indami Namam

Summary

The economy offers daily challenge to society, such as fighting poverty and demand for better distribution. In this work a study of the opportunities offered by microfinance by addressing their concept, their experiences and their perspectives.

This dissertation aims to present microcredit as an instrument to promote social development. In that aim, defends that credit is a fundamental right of the human person, and develops the idea that increasing access to credit ensures equal opportunities the economic and social development of the country.

Through the study of doctrine conceptualizes that microcredit is a method of financing with their own forms of guarantees. Identifies, in this methodology, an ability to reach the socially excluded from formal financial market and promote their economic and social inclusion.

It concludes that microcredit is the central instrument of an economy focused on humans and that is aimed at inclusion and social development. Therefore, its development can be considered an important strategy for reducing inequality and eradicating poverty in Guinea-Bissau.

Keywords: microcredit, Sustainability, Organizations, employment.

Agradecimentos

Nada nesta vida é por acaso, encontro de pessoas e qualquer ato banal que passamos sempre tem algum sentido, pois fazemos parte de um único plano, elaborado por um único criador, deus.

Agradeço aos meus pais o amor e as oportunidades que me deram, nesta vida, além da enorme paciência que souberam enfrentar na minha infância, os momentos mais críticos a procura de um futuro melhor para mim, em especial a minha querida Mãe Sabú Nabatcha que já partiu e que a alma dela descanse em paz.

Ao meu querido primo Contra Almirante José Américo Bubo Natchuto ex-chefe de estado-maior da Armada da Guiné-Bissau, pelo amor e apoio, e com a paciência incansável na educação do meu querido filho Juvenal Paulino Namam, que se encontra neste momento detido pela Autoridade Norte-americana.

Ao orientador, Professor Doutor Belmiro Cabrito pelo apoio, sempre se mostrou disposto a escutar e orientar num tema tao importante e gratificante, onde mostra a realidade de uma sociedade tao sofrida, mas que no dia-a-dia trabalha a procura de uma vida futura mais digna.

Epígrafe

“Canseira ca caba

I Lala só que caba

Cau de sucundi ca tem

Aós em dia, democracia que bu arma....”

Musico Guineense

José Manuel Forte

“As dificuldades não acabaram

A mata que é desdobrada

Não há sítio de se esconder

Hoje em dia, a democracia é a tua arma...”

Musico Guineense

José Manuel Forte

Lista de abreviaturas e siglas

ANDC – Associação Nacional do Direito a Crédito

BAL - Balança

BCP - Banco Comercial Português

BCEAO - Banco Central de Estados de Oeste Africano

BRS – Banco Regional de Solidariedade

CMROC - Comité Militar para Reposição da Ordem Constitucional e Democrática.

CADESPC – Célula de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Solidaria e Poupança
do crédito

CP- Capital Próprio

DENARP- Documento Estratégico Nacional para Redução da Pobreza.

EBE- Escola do Ensino Básico Elementar.

EBC – Escola do Ensino Básico Complementar.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FCFA – Franco da Comunidade Financeira Africana

HAB – Habitante

ISG – Instituto Superior de Gestão.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

INEC – Instituto Nacional de Estudo e Censo.

MEN- Ministério da Educação Nacional.

MICS/ IDSR – Multiple indicator cluster survey

ODM – Organização para Desenvolvimento Mundial.

ONG – Organização não-governamental.

PAE – Programa de Ajustamento Estrutural.

PIB – Produto Interno Bruto.

PRS – Partido de Renovação Social.

Pré-nat.- Pré-natal

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitária.

PNLP – Plano Nacional de Luta Contra Paludismo.

PNLS – Plano Nacional de Luta Contra a Sida.

PNLT – Plano Nacional da Luta Contra a Tuberculose.

PNSF – Plano Nacional de Saúde Familiar.

PPA – Plano Plurianual.

SOBER – Sociedade Brasileira da Economia, Administração e Sociologia Rural.

TV – Taxa de Variação.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USD – Dólar Americano.

VIH/Sida – Síndrome de imunodeficiência adquirida

Lista de Quadros

Quadro 01- Principais indicadores económicos.....	23
Quadro 02- Balança de pagamento em percentagem do PIB.....	24
Quadro 03- Cálculo de índice de pobreza.....	29
Quadro 04- Indicador de saúde ano 2011.....	35
Quadro 05- Bambaram: Alguns indicadores.....	57
Quadro 06- Empréstimos e clientes em 2012.....	58
Quadro 07- Credito em mora ano 2012.....	59
Quadro 08- Numero e natureza de cliente, ano 2012.....	59
Quadro 09- Indicador de finalidade de crédito em 2012.....	59
Quadro 10- Divutec: Alguns indicadores.....	60
Quadro 11- Empréstimos concedidos.....	61
Quadro 12- Credito em mora.....	62
Quadro 13- Indicadores dos beneficiários quanto ao género, em 2012.....	63
Quadro 14- Indicador de finalidade de crédito em 2012.....	63
Quadro 15- Na pega nimba: Alguns indicadores.....	64
Quadro 16- Empréstimos e a natureza.....	65
Quadro 17- Empréstimos concedidos.....	65
Quadro 18- Credito em mora.....	67
Quadro 19- Comparação da Bambaram, Divutec e Na pega nimba.....	68

Índice

Introdução.....	01
I. Enquadramento teórico.....	05
1. Microcrédito.....	06
2. Definição de microcrédito e a sua história.....	11
3. A Guiné-Bissau.....	17
3.1 .Breve historia recente da Guiné-Bissau.....	17
3.2 . Algumas características da Guiné-Bissau.....	21
3.3 . Avaliação da pobreza na Guiné-Bissau.....	26
3.4 . População.....	29
3.4.1. Fraca capacidade de exercício dos direitos humanos e a falta de confiança no desempenho dos serviços sociais.....	30
3.4.2. Insuficiência de pessoal qualificado.....	31
3.4.3. Sistema da Educação.....	28
3.4.4. Ministério da Saúde da Guiné-Bissau.....	33
II- Metodologia.....	37
1- Natureza do estudo.....	38
2- Objectivos e questão de investigação.....	38
3- Objeto de estudo.....	39
4- Sujeito do estudo.....	39
5- Instrumentos de recolha e técnicas de análise de dados.....	39
III- Analise de dados.....	42
1- As organizações.....	43
1.1. Bambaram.....	43
1.2. Divutec.....	47
1.3.Na pega nimba.....	51
2- Características de cada organização: Dimensão, Clientes,actividades.	57

2.1.	Bambaram.....	57
2.2	Divutec.....	60
2.3	.Na pega nimba.....	64
2.4.	Comparação das três organizações.....	68
3.	O discurso dos entrevistados.....	70
3.1.	Bambaram.....	70
3.2.	Divutec.....	72
3.3.	Na pega nimba.....	75
4-	Cruzamentos das informações.....	77
	Conclusões.....	81
	Referencias Bibliográficas.....	86

INTRODUÇÃO

Sou aluno do ISG e encontro-me a concluir o mestrado em Gestão Financeira, tendo optado por realizar uma dissertação que se intitula “Potencialidade de microcrédito na sociedade Guineense” e que é consequência direta do facto de ser oriundo da Guiné-Bissau e me preocupar com a situação do meu país.

Como Guineense a situação do meu país preocupa-me muito, tendo em conta a realidade deste país cujas populações são muitos humildes e se encontram condenadas a viver na pobreza devido a falta de meios. A Guiné-Bissau é um dos mais pobres países do mundo que precisa de ajuda internacional para se desenvolver.

São vários os países onde existem governos, pessoas e organizações não-governamentais que sentem vontade em ajudar os menos favorecidos, através de diferentes medidas de política. De entre essas medidas, no caso presente, destaquei a concessão de meios financeiros através do microcrédito que tem tido imenso sucesso em muitas regiões, contribuindo para que as populações possam escapar a tirania da pobreza a que estão sujeitas. Foi o exemplo dos sucessos alcançados com o microcrédito em alguns países que motivou a ideia de escolher este tema para estudo na sociedade Guineense. Pretendi, com este estudo, perceber que organizações guineenses ajudam os indivíduos menos favorecidos a obter meios financeiros, através de microcréditos, para poderem implementar as suas atividades e, assim, combater a pobreza.

A Guiné-Bissau é um país Africano que fica situado na Africa Ocidental com uma população a rondar 1.500.000 habitantes. A maioria da população vive de atividade agrícola.

A Republica Guiné-Bissau, após 11anos de luta armada contra o governo Português tornou-se um país independente em Setembro de 1974. No período subsequente, este país conheceu um percurso histórico político difícil, sobretudo nas últimas três décadas. Após o golpe de 14 de Novembro de 1980, assistiu-se a uma rotura com Cabo Verde, terminando um processo histórico de unidade independentista entre os dois países, assistindo-se na Guiné-Bissau ao início de uma nova época de ” contraste entre as etnias”.

Nos anos da década de 1980 o partido PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) era o partido único no poder tendo resultado em anos marcados por um lado como “ ferramenta das actividades políticas” e, por lado, como o início de liberalização económica. Em agosto de 1986 o governo da Guiné-Bissau aboliu as restrições comerciais e a

realização de IV congresso do PAIGC, reunido em Novembro do mesmo ano, introduziu as novas normas que reduziram em boa parte o controlo de estado sobre a economia e comércio e abriram o país ao investimento estrangeiro.

O programa de ajustamento estrutural (PAE), adoptado pelo governo Guineense a partir de 1987, não atingiu os resultados esperados. O programa não tomou em conta o contexto económico no qual se encontra inserido, considerando que para sua realização exigia condições socioeconómicas inexistentes na Guiné-Bissau. Sendo o mercado da Guiné-Bissau totalmente desorganizado, toda a sua funcionalidade incide sobre o mecanismo das leis desse mesmo mercado, cujo resultado foi a restauração da especulação.¹

Entre as várias medidas do plano PAE implementado na Guiné-Bissau, três iriam revelar-se especialmente importantes para a compreensão do crescimento exponencial do fenómeno da economia informal: adaptação de uma política fiscal restritiva o que, entre outras coisas, implicou os despedimentos de funcionários públicos com a desvalorização dos salários públicos e a redução dos investimentos nos sectores de Saúde e Educação; a liberalização dos preços, comércios e mercado, isto significa um aumento de oportunidades de negócio; e a desvalorização da moeda nacional, cujo resultado imediato foi a diminuição dos produtos importados.

A conjugação dos efeitos destas medidas teve como consequência a procura, por parte de um número sempre mais elevado da população, de estratégias alternativas de sobrevivência geralmente apoiadas em esquema étnicos, comunitários e familiares. Este programa trouxe deterioração de nível de vida das populações Guineenses, sobretudo nas zonas Urbanas e incentivou novas actividades de sobrevivência.

Os baixos salários e atrasos nos pagamentos (até 12 meses), davam aos trabalhadores razões suficientes para procurarem outras formas de receitas; esta política reforçou a crise no seio das famílias e pôs em causa as responsabilidades sociais dos homens chefes de família em relação ao próprio agregado familiar.

O não cumprimento das responsabilidades familiares por parte dos chefes de família levou a que as mulheres vissem a ter de recorrer a outras actividades remuneradas.

Apos a guerra de 1998-1999 e as novas eleições de 1999-2000, o país não conseguiu relançar o desenvolvimento. O apoio financeiro prometido e negociado em Genebra pelo então

¹ Fonte: Embaló, Filomena “ os desafios do programa de ajustamento estrutural”, soronda-revista de estudo Guineense nº16, Bissau, Julho 1993, pp51-72.

primeiro-ministro de transição Francisco Fadul foi cancelado, devido a falta de empenho por parte governo.²

É neste quadro que se realizou a presente investigação a partir dos questionários dirigidos às organizações que concedem microcrédito na Guiné-Bissau, tendo por enquadramento teórico a experiência do Professor Yunus no Bangladesh e experiências de outros países que seguiram o exemplo deste Nobel de Paz. A ideia foi a de perceber de forma clara e objectiva, se esse crédito tem vindo a ajudar o povo da Guiné-Bissau a ultrapassar este flagelo terrível, libertar as pessoas da tirania da pobreza e da injustiça de uma vida sem esperança.

Este trabalho tem como objectivo estudar a potencialidade do microcrédito e a sua importância na sociedade Guineense. Pretende-se compreender uma das possibilidades ou alternativa de extrema importância, capaz de melhorar alguma coisa na sociedade Guineense, que permita tirar pessoas da pobreza. A investigação que se realizou, tem em conta as experiências conhecidas em outros Países.

- A nossa geração teve a oportunidade de viver diferentes fases histórica do nosso povo. Recordando o início da escola primária, que ficou até hoje impregnado na minha memória o Hino Heróis do Mar e Benzer a entrada das aulas.

Recordações de Revolução de Abril e início da construção do Estado Guineense, a euforia da Independência, e as grandes perspectivas da construção de uma nação mais justa e próspera que tinha como Baluarte a Educação, Saúde. Foi neste grande programa ambicioso do futuro que foram abertas muitas escolas nas cidades e lugares mais ermos do País, cujo resultado permitiu acesso ao ensino a toda classe social, dando a oportunidade toda esta geração que pertenço!

Todo aquele dinamismo incutiu valores de que o saber é a melhor riqueza que podemos ter, partilhar com o próximo e contribuir para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

Neste contexto de "O Saber" é a melhor forma de contribuir para o desenvolvimento de uma nação e da preparação de uma sociedade mais justa e competitiva. Foi neste conceito de valor que mergulhei, embora com a minha actual idade, e tentar em futuro breve fazer e deixar algo importante na minha sociedade.

² Fonte: Mane, fodé Abulai " conflito politico militar de 7 de Junho de 1998, a crise de legitimação " soronda- revista de estudo Guineenses numero especial 7 de Junho, Bissau, Dezembro 2000, pp. 125-152.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O microcrédito

A Guiné-Bissau, é um País Africano com o elevado índice de pobreza tendo chegado a ser classificado como um dos Países mais pobres do Mundo. Este País Africano enfrenta um elevado número de desempregados e forte exclusão social. A maioria da população vive no campo e pratica agricultura de sobrevivência sem meios para desenvolver as suas capacidades. As populações que vivem nas ilhas praticam pesca de sobrevivência, aproveitando uma das riquezas naturais do país.

Acreditando na potencialidade de desenvolvimento da Guiné-Bissau, parte-se para este trabalho, tendo em conta que há pessoas com ideias boas para ajudar a população deste país a sair do limiar de pobreza e da exclusão social. Estas pessoas concretizam-se em organizações e bancos que concedem microcrédito a populações com menor rendimento e que não conseguem apresentar as garantias exigidas para a concessão de crédito pela banca tradicional.

Assim, o trabalho feito pelo Professor Muhammad Yunus e a sua equipa (1997) em Bangladesh conseguiu chegar a doze milhões de indivíduos. Realmente, um estudo independente mostra que a organização Grameen fundada pelo referido professor tinha tirado um terço dos seus clientes da pobreza em dez anos, e elevar outro terço acima de limiar de pobreza. Perante estes resultados, Yunus concluiu que a pobreza pode ser eliminada se houver vontade política.³

O Grameen, o banco criado pelo referido Professor Universitário, descobriu a partir de erros cometidos na distribuição e pagamento, que a formação de grupo era crucial para sucesso das suas operações porque, individualmente, uma pessoa pobre sente-se exposta a todo tipo de perigos. A pertença de um grupo dá-lhe um sentimento de protecção. A pertença a um grupo, cria apoio e pressão desse mesmo grupo, aperfeiçoa os padrões de comportamento e fornece a confiança. Contrariamente, um indivíduo isolado tende a ser imprevisível e incerto relativamente ao seu comportamento.

Mais ou menos subtil, a pressão exercida pelo grupo mantém, pois, os seus membros unidos na concretização dos objectivos gerais do programas do crédito.

Segundo responsáveis deste banco o sentimento de competição dentro do grupo e entre vários grupos incita-os a fazerem o melhor possível. É difícil controlar os clientes individuais; mas

³ Fonte: Muhammad (1997), Banker to the poor

se forem membros de um grupo é muito mais fácil. Além disso, confiar a tarefa de supervisão inicial ao grupo reduz o trabalho do funcionário e aumenta a autoconfiança do grupo.⁴ Estas constatações explicam as diversas actividades de formação em geral ligadas ao microcrédito.

O estudo sobre a potencialidade do microcrédito para as pessoas de baixo rendimento e para as microempresas que não têm acesso ao crédito tradicional, vêm sendo realizados por vários autores, entre quais: Coutinho, A. & Carvalho Silva, P. (1998), Soares, M. & Mello Sobrinho, A. (2008), Monzoni & Figueiredo (2008).

Cada autor explica a forma como o microcrédito pode servir a comunidade global, principalmente para as pessoas pobres excluídas do sistema bancário tradicional tanto nos países em desenvolvimento como os países desenvolvidos, embora a pobreza seja diferente em dois ou mais países. Por outro lado a pobreza é diferente no mesmo país, muitas das vezes dependendo da localização geográfica dos povos.

Segundo os autores, pelas suas experiências de investigação, mostraram os resultados positivos alcançados pelos pobres que recorrem ao microcrédito e são acompanhados, lamentando a pouca ou nenhuma oportunidade dada a este segmento da população e que, afinal, é a força de desenvolvimento.

Segundo Sober (2010),⁵ o trabalho realizado por Monzoni & Figueiredo em 2008, demonstra que o crédito concedido a grupos solitários de microempreendedores num programa de crédito central em São Paulo, Brasil, resultam em grandes melhorias nos empreendedores e nas suas famílias.

Embora alguns críticos habitualmente digam que o microcrédito não contribui para o desenvolvimento económico de um país e que, mesmo que contribua, é um contributo insignificante, Muhammad Yunus (1997), tem outro ponto de vista e que remete para a definição de desenvolvimento económico. Segundo ele, mudar a qualidade de vida da metade mais desfavorecida da população é a essência do desenvolvimento. Para ser mais rigoroso, ele define o desenvolvimento concentrando-se na qualidade de vida dos 25% mais desfavorecidos da população.

Nesta posição encontra-se o ponto de divergência entre crescimento e desenvolvimento. Aqueles que acreditam que crescimento e desenvolvimento são sinónimos, ou se movem

⁴ Fonte: Muhammad (1997), banqueiro dos pobres, pg.149

⁵ Fonte: Grupo de pesquisa: política social no campo (2009), *Geração de emprego e renda, redução da pobreza, microcrédito institucionalistas*. Sociedade Brasileira da economia, Administração e Sociologia Rural.

à mesma velocidade, assumem que os estratos económicos da sociedade estão, de alguma forma, ligados entre si como as carruagens de um comboio—e que tudo o que é preciso é que a locomotiva se mova, para que todo o comboio e todos os que estão no seu interior se movam a mesma velocidade. Mas, como demonstra Yunus (1997), isso está longe de ser verdade. Nem os diferentes estratos económicos da sociedade andam a mesma velocidade, nem se movem na mesma direcção, a menos que se tenha cuidado especial ao longo de caminho.

Segundo Yunus, sem crescimento não há progresso. Mas a analogia entre o comboio e estratos socioeconómicos ligados acaba por se revelar um factor significativo. Um comboio é puxado por uma locomotiva da frente, ou empurrado de trás, ou ambos os casos. Mas, no caso da sociedade humana, cada entidade económica ou grupo tem a sua própria locomotiva; assim, a força combinada de todas as locomotivas “empurra e puxa a economia para a frente”. Se a sociedade não conseguir que todas as locomotivas se movam, se simplesmente ignorar alguns dos estratos, a força combinada da economia será muito reduzida.

Conforme Lourenço, C. (2012, pg.136) “ se o investimento está a ser utilizado ou canalizado para o sítio errado não se pode criar a riqueza”

O segmento da população com poder económico é minoritário e os seus objectivos principais é ampliar os seus lucros e criar cada vez mais a riqueza para si própria e são estes segmentos que os bancos dão preferência para concessão de crédito por apresentarem garantias de pagamento. Neste caso os lucros obtidos beneficiarão um número muito reduzido da população mundial, excluindo principalmente os desfavorecidos. Ora, esta situação para além de injusta é contraditória porque quanto mais aumenta o número de pessoas na actividade económica de um país, melhor é a economia deste país, porque os meios e recursos produtivos estão a ser canalizados para produzir mais riqueza.

O sucesso dessa empreitada não só corresponde ao aumento do número de empregados e ao crescimento de PIB local, mas também criará actividade produtiva, geradora de rendimento e de emprego, capaz de crescer, interagir e dar o seguimento ao processo de desenvolvimento de um país.

José G. Ferreira (2013, pg. 271), apontou uma realidade de má canalização do crédito em Portugal, nos termos seguintes:

Os Bancos e banqueiros tinham deixado de financiar actividades benéficas para economia, como a exportação, a produção para o consumo interno que evitava e substituía importações, para passar a financiar mais projectos e empresas sob a alçada ou com garantia directa ou indirecta do estado.

Em 2009 o então governador do banco de Portugal Victor Constâncio tinha dado uma conferência, no Auditório da Caixa Geral de Depósito em Lisboa, já depois da crise dos Estados Unidos e de contágio à Europa, na qual sublinhou uma descrição técnica exacta deste desvio de crédito de actividades sustentáveis para o sector não transaccionável em Portugal.

Não avisou os cidadãos em geral para os riscos que o País corria. Limitou-se a fazer registo, como um cronista do Reino que regista a perda de exercício na batalha da competição global. Ele, que sabia a tática era má, e que a estratégia era errada, não avisou publicamente os políticos, os banqueiros, os empresários, estavam a gastar mal o financiamento externo que lhe chegava a mão.

A banca Portuguesa, tinha concedido apenas 7,3% de crédito à agricultura, pescas e indústria e tinha dado 78,1% de crédito ao sector imobiliário, construção, habitação e consumo.

Embora a Guiné-Bissau tenha uma realidade diferente, com uma economia frágil e o mercado desorganizado, mas este exemplo dá para desviar e seguir um bom caminho. As organizações que concedem os créditos devem saber avaliar os projectos dos seus clientes.

Como refere Franco (2002,pg. 152): ⁶

“De ponto de vista de desenvolvimento, mais importante a considerar é diversidade da economia, a circulação de bens e serviços e o aumento da possibilidade de apropriação, por parte de uma maior variação de sujeitos, que tal diversidade enseja, e não o aumento de valor absoluto do que é produzido. Por exemplo, numa localidade pobre de um País com vocação ecoturística identificada e escolhida pela população, é mais importante instalação mais de dez pequenas pousadas do que a único hotel de cinco estrelas, mesmo que este hotel consiga importar uma quantidade maior de capital exterior”

⁶ Fonte: Jorge Monique de Conceição, tese de Mestrado em Administração Pública (2005), *Microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego: uma análise de experiência pública Municipal*. Escola Brasileira da Administração Pública e de Empresas Centro de formação Académica e de pesquisa.

O desenvolvimento de um País é necessária a participação de todas as populações. Nos mercados financeiros existem vários intervenientes, uns com necessidades de financiamento, outros com necessidades de investimentos; uns mais conservadores ou com menos propensão ao risco, outros com mais percepção do risco. (Carlos Bastardo, 2011, pg. 5).

Cada ser humano vem ao mundo não só com a capacidade de cuidar de si próprio mas também de contribuir para o bem-estar de mundo na globalidade. Algumas pessoas têm oportunidade de explorar o seu potencial, mais muitas outras pessoas nunca conseguem desenvolver os maravilhosos dotes com que nasceram. Morrem sem explorar esses dotes e o mundo fica privado do seu contributo. Yunus (2010, pg. 15).

Verifica-se que, nós como seres humanos, somos capazes de criar um mundo livre de pobreza se reformulamos o nosso sistema de modo a eliminar as graves falhas que geram a pobreza, isto é, proporcionar o acesso ao microcrédito a pessoas pobres para lhe permitir iniciarem uma actividade por conta própria. É uma outra forma de erradicar a pobreza, uma pessoa de cada vez.

2. Definição do microcrédito e a sua história

A palavra crédito tem a sua origem em latim, *creditu*, o que significa além da confiança os seguintes: A segurança de que alguma coisa é verdadeira, confiança, boa reputação, fama, consideração, facilidade de conseguir adiantamento de dinheiro para os fins comerciais, industriais, agrícolas, etc.

O conceito de crédito é definido pelo Soares Martinez (2010, pág. 677) como:

“ O crédito assenta na confiança que o devedor merece ao credor em razão da qual este realiza uma prestação cuja contrapartida é definida no tempo”

Quando uma instituição financeira negocia valores e condições com algum cliente, sob a promessa de recebimento do valor principal acrescido dos juros da operação, estabelece-se uma relação de confiança do cumprimento do acordo. Assim, um cliente pode ter crédito (boa reputação) em um determinado agente financeiro de seu relacionamento, mas isto não implica, necessariamente, que ele consiga financiar sua actividade empresarial, por envolver outros aspectos da análise de crédito.

Assim José A. T. Psico (2010, pg. 24) define o crédito como:

“Um meio de intermediação utilizado pelas instituições financeiras, porque através dele acorda-se entre as partes interessadas, em utilizar um determinado montante de dinheiro durante um determinado período de tempo. A remuneração a que o credor tem direito de receber devido a concessão de empréstimo é expressa pelas taxas de juros.”

A falta de informação por parte de credor sobre a sua contraparte em assumir com as suas responsabilidades, levou o credor, para salvar os seus pertences a recorrer aos instrumentos legais (garantia) para fazer valer o contrato.

Segundo Psico (2010) é difícil seleccionar os bons devedores, razão pela qual as instituições financeiras passam a recorrer a uma variedade de artifícios de protecção, aumentando o custo de operações de transacções.

Segundo Schickel (apud, Gonçalves, pg. 9), o crédito é definido como sendo:⁷

⁷ Fonte: Leonardo de Resende Dutra (2010), *análise da concessão de microcrédito e sua relação com a inadimplência*, Dissertação apresentada ao programa de pós graduação em ciência contábeis da fundação

Todo acto de vontade ou disposição de alguém destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu património a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente depois do decorrido o tempo estipulado.

Para minimizar o risco de incumprimento, o agente de crédito pede algum tipo de garantia de reembolso ao seu cliente. A garantia pedida é, em princípio, material, como exemplo a hipoteca de um edifício.⁸

Existe situação no mercado financeiro em que um devedor pode contrair um empréstimo para realizar um determinado projecto e é depois desviado para outros fins, é moralmente condenável. O devedor neste caso aproveita a vantagem que tem sobre o credor de não partilhar informações (risco moral). Normalmente este tipo de risco acontece depois dos empréstimos estarem na posse do devedor. (Psico, 2010, pg. 25).

Para se preservar do risco moral, as instituições financeiras endurecem as suas exigências contratuais garantias (Stiglitz, 1990). Assim os intermediários financeiros passam a utilizar os seguintes mecanismos para suas protecções:

- Aumento dos custos de transacção, com o desenvolvimento de sistemas de avaliação de risco;
- Adaptação de rígidas exigências contratuais e garantias.

Com estes tipos de mecanismo, as instituições financeiras são influenciadas para adoptarem estratégias conservadoras, não contemplando indivíduos ou firmas que apresentem características de risco que não se pode medir com facilidade, e que não se pode apresentar garantias, isto é, que não sejam capazes de atender as exigências contratuais.

Segundo Ruht (1991), embora o risco de crédito seja um dos factores determinantes da taxa de retorno, os bancos só aceitam esse risco depois de uma análise cuidadosa dos factores que influenciam a capacidade de pagamento do devedor.⁹

Esta actividade, a de conceder crédito, na sua forma “actual”, remonta a Roma. Em Roma, os empréstimos eram realizados por banqueiros chamados “ Banqueiro Argenti” (Ventura, 2008, p. 13). Os Romanos desenvolveram actividade de crédito muito semelhante à de hoje e

instituto capixaba de pesquisa em contabilidade, Economia e Finanças, como requisito parcial para obtenção do titulo de mestrado em ciências contábeis na área de concentração contabilidade Gerencial.

⁸ Fonte: Divutec (2010), manual introdutório para técnica e animadores de microcrédito pg.09.

⁹ Fonte: Ruht, G.E. *empréstimos a pessoas jurídicas*. São Paulo:IBCB,1991

praticaram-no nas suas mais modernas formas. Foram eles que instituíram, o costume de usar crédito para suprimir a necessidade de capitais.

Segundo Ventura (2008, p. 14), “ foi em Roma que estabeleceu a base de crédito mediante as suas leis que, através da legislação de Justiniano, ate ao nosso dia, fundamentavam instituição de crédito”.

Embora haja registo de políticas governamentais de empréstimos a pessoas de baixo rendimento, concedendo subsídio a este seguimento da população, há uma experiencia contemporânea, de natureza privada, realizada por Muhammad Yunus: o microcrédito.

Yunus decidiu contrariar a política bancaria, que utilizam garantias como instrumentos de protecção necessários para conceder credito. Quando a garantia é solicitada pelo banco muitas pessoas ficam de fora, por não terem este instrumento de protecção bancário. Ora, aquele professor considera, tal situação, uma injustiça contra a poderosa força de desenvolvimento humano.

Microcrédito é a concessão de um empréstimo de baixo valor às populações excluídas do sistema bancário tradicional, pequenos produtores, pequenos empreendedores informais que são excluídos do crédito tradicional por não terem como oferecer uma garantia real.

A definição de microcrédito segundo Borone & Zouain (2004):

O microcrédito é um empréstimo de baixo valor, a pequenos empreendimentos informais, microempresas e empresas de pequeno porte, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito produtivo (financia o capital giro e o investimento fixo) e é concedido através de uma metodologia assistida, onde agente de crédito (funcionário da instituição) interage antes, durante e depois da concessão do crédito (adoptado Barone et al, 2002) (disponível em 2/10/201

<http://www.dacen.gov.br/htms/public/microcreditopdf>)¹⁰

Muhammad Yunus era um professor da economia na Universidade de Chittagong, sua terra natal, Bangladesh, onde observou imensa massa de população que vivia em situação de extrema pobreza¹¹. Essa observação lhe faz conhecer as seguintes realidades: há populações

¹⁰ Fonte: Barone, francisco M. et al. Introdução ao microcrédito, Brasília. Conselho da comunidade solidaria, 2002.

¹¹ Fonte: Yunus (1997), banqueiro dos pobres pg. 20 e 25

que viviam de trabalhos manuais e as outras actividades, para as quais procuravam matérias-primas, cuja aquisição era possível por intermédio de agiotas para lhes vender depois o produto do seu trabalho, que lhes cobravam juros muito elevados; outras deixavam de praticar qualquer actividade porque esses emprestadores não lhes concediam créditos.

O professor Yunus, concluiu que havia ali enorme procura de crédito, mas não era atendido pelos bancos, porque os pobres não possuíam as garantias exigidas pelos bancos. Yunus concluiu também que as taxas de juros cobrados pelos agiotas, eram mais agressivas em relação aos dos Bancos. Também concluiu que, o crédito concedido com as referidas taxas poderia fazer crescer o mercado latente de Chittagong, dotando a capacidade de produção de todos aqueles que não conseguiram iniciar as suas actividades.

Para solucionar este problema, o professor que se tinha doutorado em Universidades Norte-Americanas desenvolveu a metodologia do aval solidário, que consistia, na formação de grupos dos clientes em que todos respondiam, solidariamente pelo crédito concedido a todos elementos de grupo. Garantir a simplicidade do sistema, fazer chegar crédito até aos pobres e acompanhar as suas actividades.¹²

Outra contribuição muito importante, Yunus (2010), em relação à empresa social, é sobre o curioso facto de que maior parte da procura por microcrédito é do público feminino, mesmo em países onde a condição social da mulher ainda é inferiorizada, como no caso do Bangladesh. Alguns críticos questionaram este o premio Nobel exactamente pelo motivo da maioria dos seus clientes ser oriunda da população feminina.

Mas o professor Yunus (1997, p. 127), justificou com seguintes palavras:

“ Pela nossa experiencia, tornou-se-nos evidente que as mulheres indigentes se adaptam melhores e mais depressa do que os homens ao processo de auto-ajuda.”

O microcrédito tem sido implementado em vários países, tendo obtido vários resultados positivos, verificando-se a existência de maior número de devedores oriundos da população feminina. O professor justicou o predomínio da população feminina, não como a resultante de uma qualquer forma de discriminação, mas por razão seguintes:

” Quanto mais eu avançava no meu projecto, mais tinha certeza de que, quando o crédito era concedido às mulheres, produzia mais rapidamente mudança do que quando ia para os homens. Falando em termo relativos, a fome e pobreza é mais

¹² Fonte: Yunus (1997), banqueiro dos pobres, pg 149

uma questão das mulheres que dos homens. As mulheres são mais intensamente afectadas que os homens pela fome e a pobreza. O dinheiro utilizado pela mulher numa família, beneficia o conjunto dos membros do que quando é utilizado pelo homem”. Yunus (2010, p. 12)

O melhor exemplo conhecido no mundo sobre o microcrédito ocorreu, então, no Bangladesh e é descrito pelo professor Muhammad Yunus, na sua obra “O Banco dos Pobres”. O professor Yunus começou a sua acção emprestando US\$ 27,00 para um grupo de 42 pessoas, mas todos conseguiram pagar o empréstimo no prazo estipulado. Ele pensou e disse: se este pequeno gesto fez tantas pessoas felizes, porque não repeti-lo mais vezes (Yunus 2010, p. 13) ¹³

Nesse sentido, tentou várias vezes convencer os gerentes dos bancos tradicionais a confiarem nos pobres, mas as respostas que recebeu sempre foram negativas, alegando-se que os pobres não apresentam garantias reais. Yunus chegou a oferecer-se para ser fiador, tudo isto para conquistar a confiança dos banqueiros em relação aos potenciais clientes mais pobres mas só depois de 6 meses de troca de cartas é que ele obteve um empréstimo formalizado, limitado e com muita desconfiança por parte dos banqueiros em relação aos pobres, que desconfiavam das suas capacidades de poderem honrar os seus compromissos Yunus (1997, pp. 116-118).

O resultado obtido revelou uma surpresa e concretizou-se no pagamento de empréstimos por pessoas sem garantias tendo revelado funcionar muito melhor do que outros créditos que apresentavam grandes garantias mas cujos pagamentos dos empréstimos foram menos bem-sucedidos (Yunus, p. 119).

Todo este esforço feito por Yunus motivou a criação do Banco Grameen em 1983, com ajuda do Ministério das Finanças do Bangladesh. Tendo passado por experiências curiosas, esse banco finalmente triunfou e hoje empresta o valor 1,5 milhões de dólares e atende 38 mil aldeias e tem 2,27 milhões de clientes.

Com este resultado conseguido e o esforço que está a ser feito pela equipa do professor, muitas pessoas de outros países foram motivadas para seguirem o seu exemplo no sentido de ajudarem as pessoas com dificuldades a ultrapassá-las.

Segundo Yunus, (1997), o microcrédito não é apenas um bom instrumento contra a pobreza, mas é, igualmente, um instrumento eficiente contra as forças do paternalismo e do extremismo que oprimem os pobres. O microcrédito confere aos pobres e aos indigentes

¹³ Fonte: Muhammad Yunus (2010), empresa social, 1ªed, Lisboa, Maio, 2011.

acesso a um crédito que normalmente só é dado aos ricos. Isto permite desbloquear aquilo que antes, na sociedade, estava congelado, fixado e imóvel.¹⁴

Coutinho & Carvalho da Silva (1998, p. 16) em *Microcrédito em Portugal uma nova oportunidade*, consideram actualmente a Grameen como a maior instituição financeira do mundo rural no Bangladesh e o núcleo de um grupo de empresas com forte presença na saúde, educação, telecomunicações, energia solar, irrigação, pesca e indústria têxteis.

Na Índia, o Pradan é uma organização não-governamental que seguiu a experiência de Yunus, promove a concessão de microcrédito entre grupos de 10 a 20 mulheres, que emprestam dinheiro umas às outras com base nas suas poupanças colectivas. E são os membros de cada grupo que determinam os parâmetros financeiros dos empréstimos, como a taxa de juro e o prazo (Coutinho & Silva, p. 18)

Coutinho & Silva (1998), referem que em Portugal foi criado uma Associação Nacional do Direito a Crédito (ANDC) em 1998, uma associação de direito privado sem fins lucrativos, que certifica o negócio e que se responsabiliza pelo acompanhamento do microempresário. Esta associação celebrou um acordo com o banco Millennium, graças as contribuições dos seus 307 associados.

O microcrédito, neste caso, é um empréstimo bancário concedido em Portugal pelo grupo Millennium BCP a pessoas indicadas pela ANDC uma vez que é uma associação sem fins lucrativos, até ao montante máximo de 5000,00€ e reembolsável até 36 prestações mensais constantes com uma taxa de juros máxima de 5%. O capital e juros são encaixados pelo Millennium BCP, que assume igualmente parte substancial dos eventuais prejuízos já que o fundo da garantia da associação apenas cobre uma pequena parte das dívidas, razão pela qual a margem de lucro é mínima ou inexistente.¹⁵

A ANDC, concedeu em Portugal, até Junho de 2005, um total de 447 empréstimos a pessoas em situação de exclusão social, num montante de crédito concedido de um milhão e 449 mil euros, que criaram 518 empregos em pequenos negócios de produção de bens e serviços. A taxa de reembolso destes empréstimos ronda os 80%.

O sucesso alcançado pela ANDC despertou o interesse de outras instituições de crédito Portuguesas, nomeadamente, o banco caixa geral de depósitos que estabeleceu um protocolo com o serviço jesuíta aos refugiados para o lançamento de uma linha de microcrédito no valor

¹⁴ Fonte: Muhammad (1997), banqueiro dos pobres, págs. 207, 208 e 209.

¹⁵ Fonte: Alexandre Coutinho & Paulo Carvalho Silva (2005), *uma nova oportunidade, microcrédito em Portugal*.

de 250 mil euros para a criação de auto-emprego e pequenos negócios no seio da comunidade imigrantes. O montante mínimo de cada empréstimo é igual a 500 euros e o máximo de 7500 euros. Mas ainda ambição não termina aqui, a caixa geral de depósitos, anunciou que ira alargar as suas linhas de microcrédito a outros segmentos, como as pessoas que pretendem criar uma nova empresa e iniciar negócios.

3. A Guiné Bissau

3.1 Breve história recente da Guiné-Bissau

De facto, e apesar de a origem deste país remontar a mais de 1000 anos atrás (quando a zona costeira guineense foi ocupada por agricultores especializados na cultura de arroz e na produção de sal, formando, mais tarde, o reino Gabu, sob a influência do império Mali), deve-se aos Portugueses a exploração deste território.

Em 1446, Diogo Gomes e Luís de Cadamosto chegaram aos grandes rios da atual Guiné-Bissau, mas só 20 anos depois é que a Coroa portuguesa oficializou a sua soberania sobre a então "Guiné de Cabo Verde", de modo a assegurar o comércio de escravos, primeiro para as ilhas de Cabo Verde, mais tarde para o Brasil.

No entanto, Portugal teve de lutar contra os interesses da França e da Inglaterra sobre o território, duas potências que frequentemente boicotavam as atividades portuguesas, como aconteceu na exploração das feitorias de Cacheu (1588) e Bissau (1687).

As primeiras negociações ocorreram em 1870, mas apenas entre Portugal e França, vindo a dar frutos apenas em 1905. Contudo, Portugal foi impondo as suas ambições territoriais, muitas vezes através da força, conseguindo, em 1915, definir as atuais fronteiras guineenses.

A paz generalizada vivida nas quase cinco décadas seguintes foi interrompida quando, em 1963, se deram os primeiros ataques de guerrilheiros nacionalistas contra a administração portuguesa.

Este movimento, liderado por Amílcar Cabral, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), inspirou-se no crescimento do nacionalismo africano e nas conseqüentes independências de países vizinhos, como o Gana e a Guiné francesa.

Foi, aliás, na capital deste país (Conakri) que Amílcar Cabral, em Agosto de 1963, declarou luta armada contra a potência colonizadora. E até 1974 (um ano após o assassinato de Cabral), assistiu-se, no território, a uma guerra, que conduziria à independência a 10 de Setembro desse ano, facto relacionado, sobretudo, com o derrube do regime ditatorial que se vivia em Portugal.

O primeiro ataque armado teve lugar em 23 de Janeiro de 1963 contra a caserna militar Portuguesa de Tite. O comando guerreiro dispunha de apenas meia dúzia de pistolas e outras armas de fogo e catanas. Começa assim uma nova etapa para o povo Guineense.

O PAIGC celebra o seu primeiro congresso, em Cassacá, de 13 a 17 de Fevereiro de 1964. O congresso foi convocado por Amílcar Cabral porque nas regiões libertadas do sul alguns dirigentes do movimento ao nível das aldeias e sectores actuavam sem qualquer coerência com os princípios do partido. Comportavam-se como tiranos, obrigando a população a sujeitar-se à sua tutela, explorando os camponeses, mantendo haréns de mulheres e de servidores à sua disposição.

Nestes sectores, a imagem do PAIGC, completamente degradada, devia ser reabilitada, mostrando aldeãos que aquelas pessoas eram traidores que não seguiam as orientações do movimento. O congresso de Cassacá puniu severamente todos os responsáveis destes crimes e relançou as bases para controlo ideológico mais forte.

Desde a independência em 1974 que se pôs a questão de Bissau. A capital, afastada das experiências revolucionárias, estava marcada por uma sensível alienação política e cultural, que foi implantada aí firmemente. Os quadros do PAIGC vão tentar responder a esta situação fazendo esforços gigantescos para lutar contra a despolitização da cidade. Mas o desafio é grande e o PAIGC não alcança os seus objectivos. Pelo contrário, certos elementos, mais débeis, no meio da direcção, deixaram-se seduzir pelas facilidades da vida Urbana. A capital atrai-os para um sistema de vida mais conforme com as suas origens pequeno-burguesas.

Luís de Almeida Cabral, cabo-verdiano e meio-irmão de Amílcar Cabral, tornou-se o primeiro presidente da Guiné-Bissau, mas, em 1980, o guineense João Bernardo Vieira liderou um golpe de Estado que rompeu com a ligação Cabo Verde/Guiné-Bissau

O novo presidente do Conselho de Estado, comandante-chefe das Forças Armadas e secretário-geral do PAIGC, preocupou-se, a partir de então, em restabelecer com Portugal os laços culturais e políticos, como meio de reestruturação económica do país. Até 1991 vigorou uma Constituição que admitia apenas a existência do PAIGC; esta situação alterou-se de modo a evitar insatisfação por parte dos quatro principais grupos étnicos, os Balantas (Brassa), os Fulas, os Mandingas e os Manjacos, ainda que não fosse autorizada a formação de partidos com raiz tribal, regional ou mesmo religiosa.

A 21 de Março de 1994, Vieira adiou as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, argumentando com condições logísticas e económicas insuficientes.

As eleições acabaram por ter lugar a 3 de Julho desse ano, sendo o principal opositor de Vieira o líder do Partido de Renovação Social (PRS), Kumba Ialá. Os primeiros resultados deram uma vitória insuficiente a Vieira, o que obrigou à realização de uma segunda volta, cujos resultados, e apesar de todos os partidos da oposição apoiarem Ialá, foram favoráveis a Vieira, que conseguiu mais de 52% dos votos.

Entre Junho e agosto de 1998, a Guiné-Bissau viveu um período de guerra civil. Um grupo de militares das forças armadas, liderados por Ansumane Mané, revoltou-se contra a política do presidente Nino Vieira, que reagiu ao ataque recorrendo ao apoio de forças senegalesas para combater os rebeldes.

Apesar do cessar-fogo, assinado a 25 de agosto de 1998, as ofensivas militares continuaram e, em maio de 1999, Nino Vieira pediu asilo a Portugal, que permitiu a sua entrada no país.

A Junta Militar, que então ficou a governar a Guiné-Bissau, não autorizou a saída de Vieira sem passar primeiro por um julgamento num tribunal nacional. Nas eleições de Janeiro de 2000, o líder do PAIGC perdeu para Kumba Ialá, um dos fundadores do PRS, que se tornou presidente do país até Setembro de 2003, altura em que renunciou ao cargo, após um golpe militar para o derrubar, liderado por Veríssimo Correia Seabra.

Face à crise económica e social do país, o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas alegou a incapacidade de Kumba Ialá em resolver os problemas mais prementes do povo guineense.

Foi criado um Comité Militar para a Reposição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD) que anunciou dois nomes para os cargos de presidente da República e primeiro-ministro interinos, Henrique Rosa e Artur Sanha (secretário-geral do PRS), respetivamente.

Nas eleições legislativas realizadas em finais de Março de 2004, o vencedor foi o PAIGC, liderado então por Carlos Gomes Júnior, não tendo alcançado a maioria absoluta.

Após seis anos no exílio, Nino Vieira regressou ao país e resolveu concorrer à eleições presidenciais em Julho de 2005, que lhe deram a vitória, tornando-se mais uma vez o presidente da República da Guiné-Bissau.

Em fins de Outubro do mesmo ano, Carlos Gomes Júnior foi exonerado pelo chefe de Estado e substituído por Aristides Gomes no cargo de primeiro-ministro.¹⁶

O presidente Nino Vieira foi assassinado no dia 2 de Março de 2009 por militares depois de, no domingo, um atentado à bomba ter provocado a morte do chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, Tagme Na Waié.

Malam Bacai Sanha foi eleito Presidente da República da Guiné-Bissau em 2009, mas morreu a 09 de Janeiro de 2012, por motivo de doença, quando estava a ser tratado em França. A morte do Presidente sem concluir o mandato levou a eleições antecipadas, que foram ganhas na primeira volta pelo então primeiro-ministro, Carlos Gomes Júnior. Um golpe de Estado feito pelos militares levou a que não se concretizasse a segunda volta e Carlos Gomes Júnior vive deste então em Portugal.

3.2 Algumas características da Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental, banhado pelo oceano Atlântico a oeste e faz fronteira com o Senegal a norte e a Guiné Conakri a leste e a sul. A sua superfície é de 36 120 km², incluindo o arquipélago dos Bijagós. As principais cidades são Bissau, a capital, com 388 000 habitantes (2009), Bafatá (22 521 hab.), Gabú (14 430 hab.), Mansoa (7821 hab.) e Catió (9898 hab.). O relevo do país é predominantemente plano, apresentando-se o litoral profundamente recortado por amplos estuários. O arquipélago dos Bijagós constitui um cordão de ilhas dispersas ao largo da costa. O país tem uma população de 1.500.000 habitantes.

A Guiné-Bissau, que figura na categoria dos países menos avançados, com índice do desenvolvimento humano mais baixo do mundo, segundo dados publicados pelo PNUD, a Guiné-Bissau ficou situada no 176º lugar no índice do desenvolvimento humano entre 186 países no ano 2013.

O crescimento económico foi, em média, negativo entre 2001 a 2005, com uma taxa de 0,4%. Os anos 2004 a 2005 foram os únicos em que foi registado um crescimento positivo do PIB real, de 2,2% e 3,5% respectivamente. O sector agrícola continua a dominar com fileira de caju, que predomina na economia Guineense com uma contribuição de PIB de 62,6% em 2004, contra respectivamente 12,2% da indústria e 25,2 dos serviços do mesmo ano.¹⁷

¹⁶ Fonte: [http://www.infopedia.pt/\\$guine-bissau](http://www.infopedia.pt/$guine-bissau). Acesso 10/5/2013.

¹⁷ Fonte: Coordenação do sistema das nações unidas na Guiné-Bissau

O financiamento económico continua a ser um grave problema deste país Africano. Os investimentos oscilam em percentagem de PIB entre 9,6% a 14% durante o período de 2001-2005, tendo-se verificado neste período a diminuição do investimento público e progressão do investimento privado.

Segundo relatório de PNUD, a Guiné-Bissau entre os anos 2000 a 2010 registou um aumento de taxa média anual do IDH em 0,9%, contra uma média de 2,1% para Africa Subsariana e de 1,68% para Países com IDH muito baixa.

O ano de 2012 ficou marcado na Guiné-Bissau pelas perturbações políticas ocorridas em Abril que vieram interromper um período de algumas estabilidades que se tinha observado nos anos anteriores.

Esta estabilidade tinha contribuído para o registo de taxa de crescimento económico relativamente muito elevado (4,5% em 2010 e 5,3% em 2011) e alguma melhoria na Gestão das Finanças Pública, no âmbito de Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, a qual possibilitou uma redução substancial das dívidas externa Guineense.

De ponto de vista económico o ano 2011 tinha sido especialmente propício, a conjugação de uma boa produção de castanha de caju (o principal bem de exportação da Guiné-Bissau), com um elevado preço de venda desse produto, dando origem um crescimento das exportações, principal fator justificativo da elevada variação do produto, que assim apresentou a mais alta taxa de crescimento da última década.

O crescimento previsto para o ano 2012 no âmbito de preparação orçamental cifrava-se em 2,5%, mas o impacto na esfera económica de perturbações que ocorreram em Abril permite admitir que este valor não venha a concretizar-se, segundo informação estatística guineense.

Quadro nº 01 - Principais indicadores económicos

	2009	2010	2011	2012 *
PIB real (t.v. anual)	3,4	4,5	5,3	2,5
Inflação (T.V. a Media)	-2,8	2,3	4,8	3,5
Massa Monetária (T.V. anual)	6,8	29,6	39,1	-8,1
Balança corrente (% PIB)	-5,7	-8,3	-1,6	-4,7
Saldo orçamental (%PIB)	3,7	-0,2	-1,9	-1,0
Dívida externa (%PIB)	121,9	19,1	17,5	17,8

*Previsão

Fonte: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau

O sector primário é importante na estrutura económico na Guiné-Bissau, tendo representado em 2011 cerca de 48% do produto. Para além de cultivo de produto de subsistência, na agricultura destaca-se a produção de castanha de caju, que representa tradicionalmente mais de 80% das exportações, no ano 2011 teve um contributo ainda mais destacado.

A nível das contas públicas registaram-se progressos em termos de contenção das despesas correntes, o que, no entanto, tem sido contrabalançando pela diminuição que se tem sido verificado desde de 2009 no montante de donativos captados.

O défice orçamental agravou-se de 2010 a 2012 (de 0,2% para 1,9% do PIB), mas esperava-se melhoramento em 2012. No diz respeito as contas externas, a exportação de castanha de caju foi contrariada pelo aumento do valor das importações verificada em 2011. A aceleração de crescimento em 2011 (taxa de variação real do PIB de 5,3%), deveu-se ao bom momento da exportação de bens agrícolas, embora o consumo e o investimento privado tenham contribuído para esse crescimento.

Em 2011 verificou-se um crescimento Massa Monetária (39,1), alimentado pela maior disponibilidade líquida sobre exterior (efeito de crescimento da exportação).

O comportamento dos preços tem sido favoráveis, após um surto inflacionário que se verificou desde Junho de 2010 até meado de 2011, passou a registar-se desinflação que vem prolongado ao longo de 2012.

Do lado positivo refira-se que o acontecimento de instabilidade política que começou no dia 12 de Abril de 2012 com o golpe de estado que derrubou o governo, não parece ter afectado particularmente o comportamento dos preços, que ao contrário de 2008, não tem produzido internamente os aumentos verificados no preço internacional do petróleo e de bens agrícola. A participação da Guiné-Bissau na união económica e monetária Oeste-africana (UEMOA) tem contribuído para este comportamento favorável dos preços.

Quadro nº02 - Balança de pagamentos em percentagem do PIB

	2009	2010	2011	2012 *
Balança corrente	-5,7	-8,3	-1,6	-4,7
Balança comercial	-9,8	-8,2	-1,2	-4,4
Exportações	14,7	14,8	24,3	18,7
Importações	-24,5	-23,0	-25,4	-23,1
Serviço e rendimento	-7,8	-7,1	-8,1	-7,1
Transferência corrente	11,9	7,0	7,7	6,8
Bal. De capital e financeira	8,2	11,6	7,9	5,3
Endividamento líquido	0,0	-106,5	1,9	0,5
Transferência de capital	8,3	116,8	6,3	5,0
Capitais C.P erros e omissões	0,4	1,3	-0,2	-0,2

* Previsão

Fonte: agência do BCEAO na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau, fortemente dependente da agricultura e da pesca, é objecto de um programa do FMI (Fundo Monetário Internacional) para o ajuste estrutural. A castanha de caju, de que é hoje o sexto produtor mundial, aumentou consideravelmente de preço em anos recentes. O

país exporta peixe e mariscos, amendoim, semente de palma e madeira. As licenças de pesca são uma importante fonte de receitas. O arroz é o cereal mais produzido e um ingrediente típico e indispensável na alimentação.

Uma boa colheita e o aumento do preço de venda da castanha de caju (mais de 10% em 2011, que se veio adicionar a subida dos anos anteriores) tem contribuído para um bom desempenho da exportação deste produto que cresceu para 24,3%.

Pelo lado da importação, tem vindo a aumentar a importação de arroz (produto mais apreciado pela população Guineense) vindo do Vietnam embora Portugal continue a ser o país de origem do maior volume de importação.

A balança de capital e financeira apresentou no em 2011 um excedente, embora inferior ao de 2010 (ano que ficou marcado como alívio da dívida), contribuindo para aumento das disponibilidades sobre o exterior.

A projecção elaborada para o ano 2012, aponta para um ano de aumento de défice de balança corrente, devido a redução prevista do valor das exportações.

A transferência corrente é maior em relação a ano anterior, embora continue a ser mais baixo em relação a ano 2009. Esta transferência por natureza ajuda melhorar a balança de pagamentos.

Os princípios dos direitos humanos através de direito pela pessoa humana, a liberdade de consciência e de reunião foram reconhecidos em todas as constituições da República da Guiné-Bissau desde instauração de multipartidarismo em 1994. A Guiné-Bissau rectificou vários instrumentos internacionais de protecção dos direitos humanos, a saber:

- Convenção internacional de 1965 sobre toda a forma de discriminação racial;
- O pacto internacional de 1966 sobre direito económico, sociais e cultural;
- Pacto internacional de 1966 relativo aos direitos civis e políticos;
- Convenção de 1979 sobre a eliminação de todas as formas de discriminação das mulheres;
- A convenção de 1984 contra a tortura e outras penas ou tratamento cruel, desumanos ou degradantes;

- A convenção de 1989 sobre os direitos das crianças;

Mas a aplicação dos direitos humanos exige meios adequados, uma consciência clara dos titulares de direito das instituições detentoras das obrigações de suas obrigações.

Apesar de esforços empreendidos pelo Governo em matéria de direitos humanos, a fragilidade dos sistemas judicial e de segurança favorece algumas práticas socioculturais nocivas, em particular, a violência baseada no género e mutilação genital feminina. O último inquérito de 2010 por MICS-4/IDSR, indica que 44,5% das mulheres com as idades compreendidas entre 15 a 49 anos foram sujeito a prática de excisão. Os casamentos precoces e forçados foram uma das formas mais frequentes de negação de direito das mulheres.

O objectivo de governo é de reduzir a pobreza. Neste âmbito está em curso de implementação um quadro estratégico de combate a pobreza denominado Documento de Estratégia para a Redução da Pobreza (DENARP), tem por missão apontar uma estratégica política capaz de dar o máximo de impacto de luta contra a pobreza e para fixar e seguir os indicadores de performance.

3.3 Avaliação da pobreza na Guiné-Bissau

A pobreza, de acordo com a literatura, por muitos anos, após longa discussão é definida como a falta de rendimento em dinheiro ou espécie necessário para ter acesso a um conjunto de necessidades básicas. À medida que o tempo passa, o conjunto da pobreza não é só definida como falta de rendimento mas também como falta de serviços de saúde, de educação e outros de natureza social.

Na última década, segundo José A. Tomo (2010, pg. 41), a pobreza alastrou abrangendo aspectos referentes à falta de poder, vulnerabilidade e isolamento dos indivíduos e a exclusão social.

Num estudo feito em Moçambique, segundo José A. T. Psico (2010, pg. 41), a pobreza é definida como:

“ Incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e seus dependentes, um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade”.

O consumo percapita foi utilizado neste estudo, isto é, o consumo total do agregado familiar dividido pelo número de membros, porque segundo a justificação dada para estudo, o consumo é um indicador mais apropriado de bem-estar realizado.

Segundo Shreiber (Apun San, 2009, pág. 26) há outros dois tipos de pobreza: a absoluta e a relativa.

Em 1901 Seeborn tentou medir a pobreza pela 1ª vez. Este estudo estava direccionado para obter informações sobre as despesas e rendas das famílias definidas como pobres, que eram aquelas cuja renda não fosse suficiente para manter as necessidades básicas, ou seja, não eram suficientes, por exemplo, para alimentação, moradia, saúde, vestuário dos indivíduos, etc.

Este estudo tem uma enorme importância, porque através dele é possível qualificar a pobreza, em função das variáveis renda e consumo, diferenciando os pobres dos mais pobres, estabelecendo um parâmetro mínimo de consumo, que representa as necessidades da sociedade.

Segundo Salgado (2005, pg. 237):¹⁸

“Hoje em dia nenhuma destas condições são viáveis para explicar e, menos ainda, para dar solução ao dilema da justiça liberal ou da exploração Marxista”

Para justificar a sua afirmação, ele apresenta dois tipos de argumentos. Primeiro, tendo noção da pobreza ter sido cunhada no século XIX, ela teria perdido boa parte do seu significado no mundo moderno, e seria inadequada para dar conta, de modo abrangente, do problema da carência social e económico, tal como ele se apresenta no contexto contemporâneo. Já no segundo ele aponta a descaracterização pela qual esse fenómeno tem passado, ao ser manipulado por visões apoiadas no paradigma positivista, o qual postula neutralidade da técnica e a objectividade das ciências.

O José A. Psico (2010, pg.42) classificou a pobreza da seguinte forma:

“ A pobreza relativa é a falta de capacidade de produzir um rendimento suficiente para satisfazer necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com rendimento médio do País;

Pobreza absoluta ou extrema, falta de rendimento necessário para satisfazer necessidades alimentares básicas ou requerimento calóricos mínimos;

¹⁸ Fonte: [http:// www.anpad.org.br/rac](http://www.anpad.org.br/rac)

Pobreza humana é a falta de capacidades humanas básicas, como analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças preveníveis, com medidas indirectas tais como acesso a bens, serviços infra-estruturas necessárias para atingir capacidades humanas básicas- saneamento, água potável, educação, comunicações, energia, etc.”

Segundo Toledo (2005, pg. 175), uma das formas de os pobres adquirir capital social é dado lhes oportunidade de serem ouvidos e fazer valer suas opiniões. Por outras palavras, no decorrer da desigualdade do poder das quais fazem parte, existe uma grande impossibilidade para que os pobres consigam exercer influencia mesmo sobre temas de seu maior interesse.

Na Guiné-Bissau, foram elaborados os questionários unificados para os indicadores de base pelo Banco Mundial em colaboração com certas agências especializadas das Nações Unidas a fim de permitir o seguimento de indicadores do desenvolvimento.

Assim as informações recolhidas com este instrumento permitem medir o nível de vida das populações através das despesas, as características de alojamento e o modo de propriedade, a disponibilidade da terra cultiváveis, a posse de gados, etc. e por outro lado a partir da satisfação das populações em relação aos serviços sociais, económicos e de base (infra-estruturas de educação e saúde).

Este estudo baseia-se na amostra de 3216 agregados familiares repartida entre sector autónimo de Bissau (672 agregados) e as outras regiões de país (2544 agregados)

As despesas do consumo final, autoconsumo de produtos alimentares, a renda imputada a agregados dos proprietários das suas casas e as transferências consistem na despesa total.

Estas despesas foram reportadas aos equivalentes adultos que são obtidos graças à escala Oxford que atribui 1 as pessoas com a idade superior ou igual a 15 anos, e 0,5% com idade inferior a 15 anos.

Assim foram adoptados os limiares da pobreza utilizados pelo Banco Mundial nos países em via de desenvolvimento ao nível internacional: 1USD e 2USD por dia e por pessoa em paridade de poder de compra (PPA).

O 1 USD de 1985 foi convertido em 1USD de 1999, ano em que existe a conversão de paridade de poder de compra na Guiné-Bissau (World Development Indicator 2001/The World Bank), por meio da inflação americana. O resultado obtido foi depois convertido em

francos CFA de 1999. O limiar de pobreza é finalmente obtido para o período de referência a partir de índice de preço do consumidor calculado em Bissau.

Quadro.03 - Cálculo de índice de pobreza.

Evolução do IPC nos USA em 1999/1998	1,55 USD
Factor de conversão PPA 1999	167,30 FCFA
Evolução período referência do ILAP/1999 do IPC Bissau	1,14 USD
Limiar de pobreza (por pessoa e por ano)	108.000FCFA

Fonte: Coordenação do sistema das nações unidas na Guiné-Bissau

3.4 População

A população da Guiné-Bissau é estimada em aproximadamente 1.500.000 habitantes, segundo dados de Instituto Nacional da Estatística e o censo INEC com taxa de crescimento demográfico de 1,9 a 3%. A população encontra-se distribuída em 33,9% nas zonas urbanas e 66,1% nas zonas rurais.

A Guiné-Bissau conta com 50,8% de população feminina. Quanto à estrutura etária, ela representa as características de uma população jovem, tendo 48,1% da população idade inferior a 15 anos. Todas as regiões mostraram a mesmas proporções: a cidade de Bissau tem menor número de populações jovens (42%) em relação as populações adultas de 35 anos a 55 anos que representam 53,5%. Este fenómeno leva a crer que houve eventual emigração das populações dos campos para cidade que poderia criar pressão sobre o mercado de trabalho.

No que concerne à situação matrimonial com a idade superior ou inferior a 13 anos, nota-se casado ao nível nacional com 49% das pessoas abrangidas. No entanto, em Bissau subsiste uma diferencia notável onde os solteiros representam maioria com 53,6%; nas outras regiões os solteiros representam 37,7%.

Na Guiné-Bissau existe casamento polígamo e casamento monógamo. O casamento polígamo, um homem pode casar entre 2 a 7 mulheres ou mais. As pessoas que optam por este tipo de casamento representam 30,9% do total contra 18,6% dos homens que optaram por ter apenas uma mulher (casamento monógamo). Na capital observa-se que 29,5% das pessoas são monógamos contra 9,9% que optaram por um casamento polígamo.

Nas regiões rurais é relativamente mais frequente a poligamia, atingindo 22,0% dos indivíduos, embora as uniões monógamas continuem a predominar, com 31,5%. A viúva é mais frequente nas regiões com 6,5% ao passo que o capital conta com mais divorciados/separados 4,1%. Globalmente as duas situações representam 5,8% nas regiões e 2,9% na capital.

3.4.1 A fraca capacidade de exercício dos direitos humanos e a falta de confiança no desempenho dos serviços sociais

A fraqueza da capacidade da população em saber defender os seus direitos resultam do desconhecimento do direito à escola e a educação, do analfabetismo, etc. e a falta de confiança no desempenho dos serviços sociais está na origem de fraco acesso aos serviços sociais básicos.

A população queixa-se com frequência de custos bastante elevados para acesso aos serviços sociais, mas a verdadeira causa da exclusão ao acesso a serviços sociais são os baixos rendimentos das populações. Estas situações resultam da pobreza generalizada de grande número de guineenses. Assim, devido aos fracos rendimentos, as populações são obrigadas a renunciar aos serviços básicos ou recorrem a eles em último recurso.

Esta situação verifica-se mais ainda nas famílias numerosas, nas quais o fraco poder de compra obriga os pais a escolherem os filhos que vão a escolas, principalmente os rapazes em relação às raparigas. Por outro lado, pode-se realçar o papel tradicional e cultural que pode obrigar ao menor número de raparigas nas escolas.

Quanto à gratuidade dos serviços sociais, verifica-se que o estado não o tem garantido. Por não ter respeito pelo princípio da gratuidade desses serviços leva muitos profissionais dessas áreas a abusar da autoridade. Isto acontece geralmente no domínio de saúde e da educação, mas o verdadeiro problema tem a ver com a definição pelo estado no que concerne às políticas da gratuidade dos serviços sociais básicos.

Por outro lado a falta de conhecimento por parte da população sobre os seus direitos favorece a situação, penalizando-se assim a população mais pobre, portanto e frequentemente os mais desfavorecidos no acesso à escola e ao serviço de saúde.

A falta de confiança no desempenho de serviços sociais, combinada com fraqueza dos rendimentos dos titulares do direito, nomeadamente de saúde, obriga estes indivíduos mais pobres, excluídos do gozo dos seus direitos, a recorrer à medicina tradicional.

3.4.2 Insuficiência de pessoal qualificado

A fraca capacidade de acolhimento dos serviços sociais básicos esta inteiramente ligado a falta dos profissionais de saúde e educação. Esta situação agrava ainda mais o acesso das populações aos serviços sociais básicos, não só por falta das infra-estruturas e dos seus respectivos equipamentos mas por falta de profissionais nestas áreas sociais para a prestações de serviços.

O número de médicos por habitante estima-se aproximadamente em 10000 habitantes por um médico, segundo os dados do ministério da Saúde que não tem, ainda assim, números exactos sobre o número de habitantes por médico. A insuficiência de pessoal de saúde abrange os auxiliares de saúde, enfermeiros, parteiras, os assistentes de laboratórios e os técnicos de saúde etc.¹⁹

3.4. 3 Sistema da educação

O sistema educativo em vigor na Guiné-Bissau é uma herança do sistema do educativo do regime colonial português, embora tenha havido modificações a partir da nova realidade do país, a independência.

O Ministério da Educação Nacional (MEN) da Guiné-Bissau é uma única entidade pública do governo responsável para pôr em prática e fazer funcionar a orientação política do Governo a todos os níveis de especialidades do sistema. Por outro lado o Ministério da Educação é responsável pela alfabetização dos adultos, pelo ensino profissional e técnico, pelo ensino superior universitário e pelo ensino superior não universitária (Mamadu Djalo, 2009).

Segundo Djalo (2009, p 85), as reformas que têm vindo a ser implementados pelos sucessivos governos da Guiné-Bissau, também abrangeram o Ministério da Educação. Assim o sistema educativo actual compreende duas vertentes, ensino formal e ensino não formal e envolve cinco níveis de ensino a saber: pré-escolar, ensino básico elementar, ensino básico complementar, liceal, ensino técnico e profissional, ensino superior universitário e superior não universitário.

¹⁹Fonte: Relatório Nacional do desenvolvimento humano, PNUD, 2006

Educação Formal

O Ensino Básico Elementar (EBE), é obrigatório de acordo com a imposição pelo Governo na Guiné-Bissau e compreende as quatro primeiras classes, 1ª à 4ª classe).

O Ensino Básico Complementar (EBC), integra duas classes (5ª e 6ª classes).

O Ensino Liceal compreende o ensino secundário geral e ensino secundário complementar.

O Ensino Secundário Geral compreende a 7ª à 9ª classe (antigo 5º ano do liceu).

O Ensino Secundário Complementar inclui as 10ª e 11ª classe (antigo 7º ano do liceu).

O Ensino Profissional funcionou até ao dia 7 de Junho de 1998, o início de conflito armado entre o então governo constitucional eleito e a autodenominada Junta Militar. A partir desta data deixou de funcionar devido a destruição sofrida.

O Ensino Superior Universitário está na sua fase inicial, tendo já formado Quadros Superiores, que se juntam com antigos quadros formados nos países amigos como URSS, Portugal, Cuba e outros.

O Ensino Superior não Universitário é composto pela Escola Nacional de Saúde, Escola Normal e Superior “Tchico Te”. Estas escolas recrutam os alunos do ensino secundário. A formação dada demora três anos.

As Universidades Lusófona da Guiné e Colina de Boe foram recentemente criadas e permitem a formação de quadros nacional.

Educação Não formal

Este sector educativo inclui a alfabetização e educação dos adultos e as denominadas escolas particulares que funcionam, na sua maioria, em Bissau.

A taxa de abandono das raparigas é superior a dos rapazes. A taxa líquida da escolarização entre 1994 a 2000, evoluiu a uma taxa ao ritmo de 7,6% por ano.

O MICS-4/IDSR-2010, confirma esta tendência, revelando um aumento da taxa líquida de escolarização de 56,9% em 2003/2004 para 67,4% em 2010, verificando-se uma melhoria de 10,2 pontos percentuais no espaço de 6 anos. Para raparigas esta taxa atingiu 65,4% em 2010 contra 55,9% em 2003/2004. O peso de repetições das raparigas, constitui uma das causas de abandono escolar.

Esta situação acentuou-se há uma década à medida que progride nos diferentes níveis de ensino. Para os níveis, secundária e superior da população na escolarização a uma taxa de 33,8% para as raparigas contra 65,7% para os rapazes, sendo, 51 raparigas por 100 rapazes. As raparigas representam cerca de 57% de abandonos em 2009, contra os 43,7% para os rapazes.

Isto tem um efeito imediato sobre a taxa líquida da escolarização a nível secundário que não atingiu 15% em 2010, ao passo que a mesma se situa a 23% para os rapazes. Estas disparidades são agravadas pela repetição e desperdício que continua afectar mais as raparigas.

Os principais desafios a enfrentar resumem-se em:

- Melhoraria do rendimento do sistema de ensino, que permite a redução de reprovações e abandono escolares sobretudo das raparigas;
- Aumento da taxa de escolarização particularmente nas zonas rurais;
- Melhoria de paridade com vista, a reduzir as desigualdades atuais, sobretudo a nível secundário e superior.

Em 2010 a taxa de alfabetização das mulheres de 15 a 24 anos é de 39,9% a nível Nacional, 50,4% em Bissau e apenas 9,7% no meio rural. Isto demonstra o desafio para garantir quadro qualificados dos recursos humanos no País.

3.4.4 Ministério da Saúde pública da Guiné-Bissau

A preocupação com o acesso a cuidados de saúde expressa pelos cidadãos resulta em larga medida dos custos que tal acesso poderá ter e do risco de o rendimento de cada família não ser suficiente para pagar essas despesas, se e quando surgirem. Aqui há uma ligação imediata a problemas de natureza económica.

Segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitária (PNDS), cobrindo o período 2008 a 2017, reflete os compromissos dos ODM e tem em conta a redução da pobreza na Guiné-Bissau. Os programas nacionais são:

- Programa Nacional de luta contra o paludismo (PNLP);
- Programa Nacional da luta contra a Sida (PNLS);
- Programa Nacional da luta contra a tuberculose e lepra (PNLT);
- Programa Nacional de Saúde da Família.

Para atingir objectivo, é necessário aplicar medida para reduzir a taxa da mortalidade materna e infantil.

Os objectivos fixados em matéria VIH/SIDA para alcançar são:

- Aumentar a proporção da população sexualmente saudável que conhece o seu estado serológico de 2% a 6% em 2016;
- Garantir pacote de prevenção integrada de transmissão vertical entre 15 e 32% entre mulheres grávidas durante as consultas pré-natal`;
- Garantir 100% com segurança a transfusão de sangue, segundo a norma ate 2015

Quadro nº04 - Indicadores de saúde ano 2011.

Saúde	Bissau	Regiões	Conjunto
População a menos de 30 min de centro de saúde (%)	54,2	35,3	40,2
População doente/ferida na última 4 semana Inquérito %	17,8	19,7	19,3
Doente tendo ido a consulta (%)	71,9	61,7	63,6
Serviço pessoal visitado pelos doentes (%)	Bissau	Regiões	Conjunto
Centro de Saúde Publico	45,4	52,7	50,8
Centro de Saúde Privado	6,3	7,9	7,5
Hospital	28,8	29,6	29,4
Clinica	15,4	3	6,1
Farmácia	0,2	0,4	0,4
Médico/Dentista privado	0,2	0,6	0,5
Praticante tradicional	2,7	4,8	4,3
Outro	1,3	1,1	1,1
Total	100	100	100
Razão a não recorrer ao serviço de saúde (%)	Bissau	Regiões	Conjunto
Desnecessário	94,8	90,8	91,9
Demasiado caro	2,3	4,7	4,1
Demasiado longe	0,2	3,9	3,0
Outra razoes	3,1	3,6	3,5
Mulheres de 13-49 anos tendo recebidos cuidados pré-nat	92,9	93,3	94,3
População a menos de 30 minutos a fonte de água (%)	99,3	94,6	95,9
População tendo água potável (%)	78,9	45,3	54,0

Fonte: Ministério da Saúde pública da Guiné-Bissau.

Os doentes que não se deslocaram a uma estrutura sanitária afirmam que a doença deles não requer uma deslocação. Convém mencionar que na modalidades das respostas faltam “automedicação”, que pode a não levar as pessoas a não consultar o pessoal de Saúde. Os custos da consulta medica e distanciamento de serviço de Saúde foram invocadas em apenas 4,1 e 3,0 respectivamente e 3,5 por outras razoes.

As Mulheres que tiveram filhos e que tinham tido consulta pré-natais representam 94,9%.

A água constitui uma necessidade de todos os dias, por isso deve ser posto a disposição de todos e nas condições requeridas. Na Guiné-Bissau 95% dos indivíduos tem acesso a agua a menos de 30 minutos. Esta taxa atinge na cidade 99,3%.

As populações que levam 30 minutos a ter acesso a serviço de saúde representam em conjunto 40,2%. A proporção das pessoas doentes que consultaram serviço/ pessoal médico é de 63,6% a nível Nacional. Centro de saúde público e Hospitais são serviços aos quais maiorias recorrem 80%.

II - METODOLOGIA

A metodologia científica, na essência, tem por finalidade estudar os métodos que identificam os caminhos percorridos para alcançar os objectivos pelo plano de pesquisa. O pesquisador, ao tomar conhecimento da existência de um problema, procura encontrar solução e, a partir daí, inicia-se o processo de pesquisa científica

1. Natureza do Estudo

Tendo em atenção a sua natureza, a presente da investigação é uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo sido seleccionada porque é o método adequado para a minha limitação financeira e porque o seu objectivo não é o de generalizar conclusões mas o de compreender processos e comportamentos. De facto, para Bogdan e Biklen (1994, p. 70), os estudos de natureza qualitativa são os adequados quando se procura compreender o comportamento e a experiência humanos. Para estes investigadores o comportamento humano é muito complexo, considerando negativamente a busca de causa e de predições, no sentido de que esta dificulta a capacidade de apreender o carácter essencialmente interpretativo da natureza e experiência humanas. A investigação de natureza qualitativa tenta, pois, compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e escrever em que consistem estes mesmos significados.

2. Objectivos e Questão de Investigação

Segundo Quivy & Campenhoudt (2008) para começar uma pesquisa deve ter-se em conta um problema que se pretende compreender e conhecer a respectiva limitação. Nesse sentido definiu-se como questão de investigação:

- Qual o papel do microcrédito no desenvolvimento da Guiné Bissau?

E definiu-se como objectivo geral: Analisar o papel do microcrédito no desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau.

Os objectivos específicos são os seguintes:

- Qual é o impacto do microcrédito na sociedade Guineense a nível de criação do emprego.
- Quais são as bases para sustentabilidade financeira das organizações seleccionadas para esta investigação na Guiné-Bissau.
- Quais são os seus objectivos e quais são sucessos alcançados.

3. Objecto de Estudo

Nesta investigação o objecto de estudo é o microcrédito concedido na Guiné-Bissau.

4. Sujeitos do estudo

Os sujeitos do presente estudo foram os responsáveis pelas três organizações que concedem o microcrédito na Guiné-Bissau com o objectivo de conhecer as suas ideias em relação ao crédito que concedem.

Essas organizações são: Bambaram, Divutec e No Pega Nimba, sendo que a legislação que as regulamenta assenta na lei nº 9/2008 de 26 de Agosto que aprova a regulamentação dos sistemas Financeiros Descentralizados na Guiné-Bissau. “ a instituição mutualista e cooperativa poupança e credito” pessoa colectiva de capital variável e sem fins lucrativos, fundada nos princípios da união, solidariedade e entreajuda dos seus membros e que tenha por objectivo principal a captação da poupança e a concessão de credito aos respectivos membros.²⁰

Na Guiné-Bissau, é possível dizer que há consenso hoje que o maior desafio do País é a redução da pobreza. Existe legislação por parte do Governo; também se registam iniciativas da sociedade civil e das empresas privadas que procuram conceber e adoptar medidas praticas que, de alguma forma, tragam uns bons resultados no combate à pobreza.

5. Instrumentos de recolha e técnicas de análise de dados

Foi utilizado para este estudo a entrevista semidirecta, tendo sido utilizado um guião orientador com perguntas abertas. Os entrevistados tinham toda a liberdade para a elaboração das respostas. Após elaboração dos protocolos de entrevista, cada uma delas foi sujeita a análise de conteúdo conforme Laurence Bardin (1977, p. 44) que revela que a *análise de conteúdo*, procura conhecer aquilo que esta trás das palavras sobre as quais se debruça.

Segundo Laurence Bardin (1977, p.137).

Analise de conteúdo constitui um bom instrumento de indução para se instigarem as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores, referencias no texto).

²⁰ Fonte: boletim oficial da Guiné-Bissau

A análise de conteúdo oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade, como por exemplo os relatórios de entrevista pouco directivas conforme referem Quivy & Campenhoudt (1998, p. 227).

Segundo Quivy & Campenhoudt este método de análise tem muita vantagem na medida em que permite o investigador manter-se distante das interpretações espontâneas. Assim o investigador não pode utilizar as suas referências ideológicas ou normativas para julgar aos dos outros, mas sim analisar as entrevistas a partir de critérios que incidem mais sobre a organização interna do discurso do que sobre o seu conteúdo explícito.

Segundo Quivy & Campenhoudt (1998, p. 192), as entrevistas semidirectas permitem que os entrevistados não fujam do objectivo planeado para o estudo e entrevistador pode aproveitar, por outro lado, as novas ideias dos entrevistados que sejam uteis.

A entrevista é importante para este estudo, porque permite ao entrevistador perceber além de informações fornecidos pela boa vontade dos entrevistados, os sinais não-verbais emitidos pelo entrevistado, maneira como encara o assunto, gestos emitidos e outras manifestações. Não houve dificuldade embora os entrevistados tenham optado por perguntas abertas.

Na recolha dos dados para este estudo foi utilizado o gravador, embora alguns entrevistados não tenham dado permissão para o registo áudio das entrevistas.

Ainda segundo Quivy & Campenhoudt (2008, p. 79) “A melhor forma de atuar é sem dúvida, ouvir repetidamente as gravações, umas após outras, anotar as pistas e as ideias, pôr em evidências as contradições internas e as divergências de ponto de vista e reflectir sobre o que podem revelar. “

António C. Gil (2002, p. 100) enumerou vários tipos de aparelhos que podem ser utilizados para uma pesquisa entre quais admitiu a inclusão do gravador de som, como um meio eficaz.

Depois de transcritas as entrevistas, foi feita em primeiro lugar uma leitura flutuante do discurso para ter uma ideia mais próxima do que o entrevistado respondeu.

Também foram utilizados dados de fontes secundárias fornecidos pelas organizações, isto é, foram consultados documentos das organizações, sobre os quais se realizou análise documental que seguiu procedimentos semelhantes aos da análise das entrevistas.

Segundo Bardin (1977, p. 45), análise documental permite dar uma informação de outro modo e de forma conveniente, justificando-se a sua utilização.

III –ANÁLISE DE DADOS

1. As organizações

Na Guiné-Bissau, o maior desafio do País é a redução da pobreza. Existe legislação por parte do Governo e registam-se iniciativas da sociedade civil e das empresas privadas que procuram conceber e adoptar medidas praticas que, de alguma forma, tragam bons resultados.

A lei nº 9/2008 de 26 de Agosto aprova à regulamentação dos Sistemas Financeiros Descentralizados na Guiné-Bissau. “ a instituição mutualista e cooperativa poupança e credito” pessoa colectiva de capital variável e sem fins lucrativos, fundada nos princípios da união, solidariedade e entreajuda dos seus membros e que tenha por objectivo principal a captação da poupança e a concessão de credito aos respectivos membros.²¹

Para o maior controlo pelo estado, as organizações devem apresentar relatórios mensais contendo informações sobre a carteira, os empréstimos activos, o número de clientes, números de risco, os rácios de sustentabilidade, as taxas de reembolso. Estes relatórios permitem uma monitorização por parte de estado e doadores, também favorecem igualmente a elaboração de um sistema de gestão de informação satisfatório para a própria organização.

1.1 Bambaram

É uma organização sem fins lucrativos que na Guiné-Bissau está a contribuir para o desenvolvimento do microcrédito. Esta organização foi criada em 2002 depois de aumento contínuo das actividades económicas do sector informal e a necessidade de um mecanismo financeiro de apoio, em substituição da primeira organização ou melhor Associação das mulheres Guineense A.M.A.E que tinha como objectivo a promoção e a valorização dos produtos agrícolas e artesanais, através do mecanismo da poupança e da solidariedade.

Missão

Consiste em melhorar condições socioeconómicas dos menos favorecidos na sociedade Guineense e fortalecer as suas posições no mercado, providenciando serviços financeiros sustentáveis de qualidade às pessoas de baixos rendimentos, com capacidade e actividades viáveis.

²¹ Fonte: boletim oficial da Guiné-Bissau

Objectivo Geral

Consiste em promover o desenvolvimento socioeconómico e cultural das comunidades mais desfavorecidas dos Guineenses

Os objectivos específicos:

- Apoiar grupos sociais mais desfavorecidos na criação e efectivação de meios económicos para o seu desenvolvimento através de acções de capacitação, dando prioridade à mulher;
- Promover a educação e formação de grupos específicos dando prioridade às Associações das mulheres Guineenses para os exercícios das actividades lucrativas;
- Promover acções de melhoria de condições de vida das famílias mais desfavorecidas e incentivar as mulheres “ fanatecas” a deixar esta actividade prejudicial a saúde das mulheres Guineenses e praticar outras actividades rentável que trouxe o benefício a família.

Actualmente a organização Bambaram é composta por 5 (cinco) funcionários efectivos, entre quais 3 (três) agentes de crédito, 1 (um) secretário permanente e 1 (uma) empregada de limpeza e mais 2 (dois) responsáveis.

A organização tem 191 (cento noventa e um) membros, dos quais todos são do sexo feminino. Para se tornar membro da organização e ter direito ao microcrédito, o candidato deve depositar um valor mínimo de 5000,00 FCFA numa conta indicada pela organização no Banco BRS em funcionamento na Guiné-Bissau.

Actividade de investimento

Trabalha com o microcrédito para promover o desenvolvimento de actividades lucrativas, o Bambaram cria uma linha de crédito que se destina aos seus membros e clientes segundo as suas necessidades. Os créditos são concedidos para capital que permita o início ou melhoramento das actividades produtivas.

De acordo com a informação recebida do interior da Bambaram, o crédito concedido (capital), deve ser destinado para obtenção de materiais que permite o funcionamento de uma actividade lucrativa. Em caso de um cliente solicitar o crédito para outras necessidades, o mesmo deve ser analisado pelo comité de crédito e aprovado pelo director executivo.

As principais características dos créditos concedidos são:

- Capital – destinados a compra de mercadorias, matérias-primas, criação de primeiro negócio viável.

Valores

- Individuais – não concedem
- Em grupo de 5 elementos – de 50000,00 FCFA a 1000000,00 FCFA.

Encargos financeiros

- Taxa de juros anuais- 24%
- Taxa de juros mensal- 2%

Prazos

- Capital – ate 1 (um) ano, com prestação mensal fixa e com dois meses de carências

Solicitação e Aprovação de crédito

NaBambaram, ao demonstrar interesse pelo crédito, o cliente fornece os seus dados pessoais, o plano de negócio e solicita o financiamento. Depois de aprovado, o agente de crédito visita o cliente para efectuar levantamento dos dados pessoais do cliente e informação do seu projecto que permitam uma avaliação da capacidade do cliente de poder gerar os lucros. A partir dessas informações o agente de crédito efectuará o estudo da viabilidade, identificando as necessidades de capacitação e apoio técnico e emitira o parecer técnico.

Os agentes de crédito apresentam ao comité de crédito as solicitações, com todas as informações colectadas junto ao clientes e registadas em formulários, em conjunto com o seu parecer técnico.

No que diz respeito às aprovações dos créditos, o comité de crédito é o órgão máximo de decisão sobre o crédito dentro da Bambaram e é constituído por profissionais do Banco BRS com ampla visão e por profissionais qualificados da Bambaram. Este órgão analisa viabilidades do projecto, de acordo com as informações fornecidas pelos agentes de créditos.

Após libertação dos recursos, periodicamente o agente de crédito ou comissão criado pela Bambaram visitara o cliente com o objectivo de verificar aplicação dos recursos e recolher informações sobre o andamento do negócio e a sua iniciativa para ultrapassar dificuldades que poderá surgir.

Modalidade de concessão de Crédito

Conforme a entrevista e os materiais fornecidos pela Bambaram, os créditos são concedidos em créditos solidários. O crédito é concedido a um grupo solidário, organização voluntaria de 5 a 7 elementos com iguais ou diferentes actividades. Cada participante do grupo receberá um determinado valor de acordo com a sua solicitação, mas permanecendo a mesma ordem de grandeza.

O crédito total será de responsabilidade solidaria de todos os membros de grupos. A análise do crédito, será individual, visando a avaliar a condição de cada cliente em particular.

Todos os seus clientes receberão formação com o objectivo de os capacitarem a ter o plano de poupança e melhorar as suas actividades, de acordo com as informações fornecido pelo entrevistado.

Cientes

Para ser cliente de Bambaram deve obedecer as seguintes condições:

- Ser mulher Guineense ou estrangeiro com residência na Guiné-Bissau e ter uma conta aberta no Banco BRS.
- Maior de 18 anos
- As mulheres “fanatecas”²² as que tinham como actividades de sobrevivência esta prática prejudicial a saúde humana, com o objectivo de as incentivar a praticarem outra actividade lucrativa.
- Iniciante de uma pequena actividade económica, grupos de pessoas cuja actividade possuem:
 - 1) Viabilidade financeira
 - 2) Tenha dificuldade de ter acesso ao crédito por falta de garantia, de acordo com a restrição imposta pelo Banco tradicional.
 - 3) Tenha depositado no mínimo 5000,00FCFA no Banco BRS

²² Fanatecas são mulheres que praticam mutilação genital, solicitadas pelos pais das meninas.

Estrutura organizacional da Bambaram

A administração da organização Bambaram é constituída por 3 (três) órgãos: Assembleia Geral dos sócios, conselho fiscal e um director executivo. A sua composição é seguinte:

.Assembleia Geral composto por elementos da organização: representante do governo, representante do banco BRS e representante dos sócios.

O conselho fiscal é composto por dois elementos eleitos pela assembleia Geral

Conselho de Administração é composto por seguintes elementos: um representante do Governo, dois representante do Banco BRS, representante de membros.

Um Director executivo.

1.2 Divutec

A Divutec é uma organização sem fim lucrativo que concede microcrédito as pessoas com baixos rendimentos na Guiné-Bissau.

Missão

Consiste em melhorar condições socioeconómicas das pessoas menos favorecidas na sociedade Guineense e fortalecer as suas posições no mercado, providenciando serviços financeiros sustentáveis de qualidade às pessoas de baixos rendimentos

Objectivos Gerais

Consistem em promover e desenvolver acção social, cultural e socioeconómicos nas comunidades que se habitam no local, mais próximo a onde formam agência.

Objectivos específicos:²³

- Apoiar grupos sociais mais desfavorecidos na criação e efectivação de meios económicos para o seu desenvolvimento através de acções de capacitação.
- Para actividade lucrativa e poupança, promove educação e formação de grupos

²³ Fonte: informação documental fornecida pela organização.

- Promover o desenvolvimento das actividades produtivas locais através do crédito de fácil acesso, dando prioridade a área agrícola se for na zona rural.

Actualmente a Divutec tem 7 (sete) agências distribuídas em diferentes regiões do Países, composto no total por 25 funcionários efectivos. Existe comité de crédito escolhido pela assembleia geral da organização que analisam microcrédito a conceder aos seus beneficiários.

A organização Divutec tem 5611 membros de ambos os sexos, para tornar membro da organização e ter direito ao microcrédito, a pessoa deve depositar um valor mínimo de 5000,00 FCFA numa conta indicada pela organização no Banco BRS em funcionamento na Guiné-Bissau.

Actividade de investimento

A organização Divutec investe mais nos comércios, vendas de peixes em retalho, vendas das roupas e etc. não precisa de apresentar garantia real, se estas actividades foram feitas em grupos de 5 a 7 pessoas. Também na agricultura se for a zona rural.

O crédito concedido deve ser destinado para a actividade que o beneficiário apresentou a organização e não pode ser desviado para outro destino, caso contrário deve sofrer a nova aprovação.

As principais características dos microcréditos:

- Capital – destinados a compra de mercadorias, matérias-primas, criação de primeiro negócio viável.
- Investimento fixo- destinados a compra de bicicletas de cargas, máquinas das costuras, utensílios utilizados para suas actividades escolhidas.
-

Valores

- Individuais – de 10.000,00FCFA a 500.000,00 FCFA.
- Em grupo de 5 a 7 elementos – de 50.000,00 FCFA a 500.000,00 FCFA.

No interior formam grupos de 20 a 30 elementos, quando pratica actividades agrícola.

Encargos financeiros

- Taxa de juros anuais- 24%
- Taxa de juros mensal- 2%

Prazos

- Capital – ate 1 (um) ano, com prestação mensal fixa e com dois meses de carências
- Investimento Fixo- até 24 meses, com uma prestação mensal fixa e com 2 a 4 meses de carências.

O montante solicitado pelos clientes é disponibilizado na sua totalidade, segundo entrevistado.²⁴

Solicitação e aprovação de microcrédito

Os agentes de crédito são profissionais engajados em promover o microcrédito nas comunidades das populações – alvo. Segundo o entrevistado são pessoas que têm preocupações com o desenvolvimento social. Devem possuir a capacidades de comunicação e habilidades para expressar as ideias da organização, por isso a organização tem muita atenção na escolha destes elementos.

Segundo o entrevistado, se um grupo solidário ou uma pessoa singular desejar um crédito, os agentes de créditos visitarão os clientes para se inteirarem dos seus projectos, as informações do mercados onde os clientes pretendem investir e a viabilidade do projecto. Estas informações são apresentadas ao comité de crédito para sua avaliação e aprovação ou indeferir o pedido.

Nos empréstimos individuais, para capitais, o solicitador devera apresentar uma garantia de uns bens (como terreno, casa, etc.), que será avaliado pelo agente de crédito.

Empréstimo aos grupos solidários formados por 5 a 7 elementos para actividades como comércio, vendas de peixes em retalho, vendas das roupas não precisa de apresentar garantia real.

O entrevistado informa que cada grupo solidário passa por diversas reuniões onde são esclarecidos sobre o que são grupos solidários, se conheçam e adquirem confiança mutua, até mutuamente avaliarem operação de crédito e a forma de pagamento da mesma. Se uma pessoa

²⁴ Fonte: os documentos disponibilizado pela organização Divutec.

de grupo não cumpre com o seu compromisso todas as outras são solidariamente responsáveis.

De acordo com Blatt (1999, pg. 157), os seguintes:

“O motivo que leva um cliente a solicitar um crédito nem sempre o mesmo que alegado. As vezes, a causa de crédito não é aparente e nem fácil de ser entendida ou compreendida. Fundamental, entretanto, que o analista entenda exactamente o que está causando a necessidade de recursos adicionais às actividades operacionais do cliente. Este entendimento permite uma análise mais exacta da solicitação de crédito, uma melhor estruturação do crédito e antecipação a futuras necessidades de crédito”

Questionado sobre, qual critério para aprovação de microcrédito, o entrevistado esclareceu que todos os pedidos de empréstimos de novos clientes passa por um comité de credito, no qual são analisados a garantia oferecida (se for individual), motivos de microcrédito etc. e as informações fornecidas pelo agentes do credito, histórico do cliente. Para os clientes que estão nos seus segundos ou mais empréstimos, estes não terão problemas.

Modalidade de concessão de Credito

Segundoas informações fornecidas pelo entrevistado, a organização Divutec concede dois tipos de modelos de microcrédito individual e grupos solidários.

- O microcrédito individual é concedido a uma única pessoa;
- Microcrédito grupo solidários formados por 5 a 7 elementos para outras actividades e 20 a 30 elementos se for actividades agrícola.

O microcrédito individual segundo a norma da Divutec, é um microcrédito concedido a uma pessoa, esta pessoa singular apresenta uma garantia como um meio ou condição para que o seu pedido fosse aceite.

Microcrédito grupo solidário é um microcrédito concedido a um grupo de pessoas, cada elemento do grupo recebe uma certa importância de acordo com a sua solicitação. Microcrédito total é responsabilidades solidárias de todos os elementos do grupo.

Clientes

Para ser cliente da organização Divutec, a pessoa deve obedecer as seguintes condições:

- Ser Guineense ou estrangeiro com a residência na Guiné-Bissau e ter uma conta aberta no Banco BRS
- Ter maior de 18 anos;
- Iniciante de uma actividade lucrativa financeiramente viável, mas não é permitido o acesso ao crédito no banco tradicional por não ter garantia real para apresentar.

A organização Divutec Exigia aos seus clientes que pagassem os seus empréstimos em prestações mensais a uma taxa de 2%. A organização, tentam ter sempre lucro para cobrir todas as suas despesas para se proteger no futuro e para continuar expansão nas outras regiões do país.

Estrutura organizacional da Divutec

A administração da organização Divutec é constituída por 4 (três) órgãos: Assembleia Geral dos sócios, conselho fiscal, conselho da administração e um director executivo. A sua composição é seguinte:

.Assembleia Geral composto por elementos da organização: representante do governo, representante do banco BRS e representante dos sócios.

O Conselho Fiscal é composto por três elementos eleitos pela assembleia Geral

Conselho de Administração é composto por seguintes elementos: um representante do Governo, representante do Banco BRS, representante de membros.

1.3 Na Pega Nimba

A Na Pega Nimba é uma organização sem fins lucrativos na Guiné-Bissau. Esta organização procura servir população pobre de baixo rendimento, excluída do sistema bancário tradicional por não ter garantia real para apresentar ao banco.

Missão

A organização Na Pega Nimba tem como missão melhorar condição de vida das populações com rendimento menor.

Objectivo Geral

O seu principal objectivo consiste em melhorar as condições socioeconómicas das populações e fortalecer as suas posições no mercado providenciando serviço financeiros sustentáveis de alta qualidade as pessoas de baixo rendimentos, com actividades viáveis, apoiar grupos sociais mais desfavorecidos para o seu desenvolvimento através de acções de capacitação, dando prioridade à mulher.

Objectivos específicos:

- Promover o desenvolvimento das actividades produtivas locais através do crédito de fácil acesso.
- Promover actividade lucrativa, poupança, educação e formação de grupos dentro da comunidade.

Tem, actualmente 7 Agencias, cerca de 24 Trabalhadores dos quais os agentes de credito que estão em constante contactos com os clientes. Conta com apoio financeiro do banco BRS, do estado da Guiné-Bissau e luxa uma agencia nigeriano de cooperação internacional que também prestam assistência técnica nesta área.

Actividades de Investimento

A organização No Pega Nimba concede crédito para as áreas da pesca, comercio retalhista, silvicultura e todas outras áreas com projecto viável desde que não “ agridam” comercialização de Carvão a partir do abate discriminado de árvore.

As principais características dos créditos concedidos:

- Capital – destinados a compra de mercadorias, matérias-primas, criação de primeiro negócio viável.
- Investimento fixo- destinados a compra de bicicletas de cargas, utensílios utilizados para suas actividades escolhidas.

Valores

- Individuais – 20000,00 FCFA a 1000000,00CFA
- Em grupo de 5 elementos – de 20000,00 FCFA a 1000000,00 FCFA.

Encargos financeiros

- Taxa de juros anuais- 23%
- Taxa de juros mensal- 1,9%

Prazos

- Capital – ate 1 (um) ano, com prestação mensal fixa e com dois meses de carências

O montante total solicitado pelo grupo solidário ou pelo crédito individual é logo disponibilizado na sua totalidade assim que o comité de crédito o aprovar.²⁵

Solicitação e aprovação de microcrédito

Segundo o entrevistado, a organização NO Pega Nimba forma conjuntamente com elementos do banco BRS uma comissão (comité de credito) para análise e aprovação de crédito dos seus clientes.

Esta comissão trabalha em colaboração com agente de crédito que esta em contacto permanente com a população-alvo, conhece capacidade dos seus clientes, o mercado, possui a capacidade de comunicação, tem alguma experiencia para organizar o grupo, ter vontade para ajudar a quem precisa de acordo com o seu plano.

Se um cliente individual manifestar a intenção de solicitar crédito é logo pedido uma garantia real para que o seu pedido poder passar para a comissão (comité de credito), Esta garantia real deve ser um activo fixo da actividade económica, uma fotocópia de bilhete de identidade, uma declaração de compromisso de honra e um registo criminal.

Os agentes de crédito apresenta a comissão todas as informações recolhidas junto dos clientes.

A comissão (comité de credito), analisara todas as informações recebidas do agente de crédito, cada elemento da comissão dará o seu parecer e depois procuram um ponto comum para a sua aprovação. Se for recusado o agente de crédito ficara com responsabilidade de informar o solicitante o motivo da recusa.

O crédito é dado considerando o caracter da pessoa, sua história de vida, o seu compromisso na sua declaração e a viabilidade do seu o projecto.

²⁵ Fonte: informação fornecida pela organização na pega nimba

Se um grupo de cidadãos manifestar a intenção de pedir empréstimo é logo exigido formar um grupo solidário de 5 elementos para facilitar a sua aprovação de crédito, não é solicitado a garantia real.

Segundo Santos Tófoli (2007, p. 4), o uso do mecanismo de aval solidário compensa as incertezas das instituições bancárias que actuam com microcrédito para os pobres, uma vez que participantes dos grupos devem conhecer muito bem uns aos outros. Os Bancos obtêm sucesso especialmente por outras razões a essa o seguinte:

- a) Os membros de grupos conhecem o nível de risco potencial de cada beneficiário de empréstimo;
- b) Como a responsabilidade pelo pagamento de empréstimo é compartilhada entre todos os elementos de grupos, é de interesse de cada um certificar-se de que os demais estão a fazer uso correcto dos recursos emprestados. Essa certificação por parte dos membros de grupos é o mais fácil de ser realizada em relação a aquela do Banco, uma vez que os participantes do grupo são, em geral, as pessoas próximas.

Modalidade de concessão de Crédito

Segundo o entrevistado e o material fornecido pela Na Pega Nimba, esta organização concede duas modalidades de crédito: individual e grupo solidário.

Individual- é um crédito concedido a uma pessoa

Grupo solidário- é um crédito concedido a um grupo solidário formado por 5 elementos.

O microcrédito individual segundo a norma da Na Pega Nimba, é um microcrédito concedido a uma pessoa, esta pessoa singular apresenta uma garantia como um meio ou condição para que o seu pedido de crédito fosse aprovado.

Microcrédito grupo solidário é um microcrédito concedido a um grupo de pessoas, cada elemento do grupo recebe uma certa importância de acordo com a sua solicitação. Microcrédito total é responsabilidades solidárias de todos os elementos do grupo. Este pequeno crédito permite a participação dos excluídos no processo de desenvolvimento.

Segundo Martinelli (2004, pg. 165), considera o seguinte:²⁶

²⁶ Fonte: www.soft-expansion.com

“ O apoio aos pequenos empreendedores é uma das formas mais importante e efectiva de incentivar o desenvolvimento local. A concessão de crédito para pequenos empreendimentos de novos negócios é uma das ferramentas emergentes ou não, que possam ser concretizados a partir de ideias preexistentes ou de oportunidade de negócios que surjam no mercado”

Segundo as declarações de Martinelli, os empréstimos geram impactos sociais e podem melhorar as condições de vida dos beneficiários e as suas famílias. Por isso, é necessário ajudar os pobres que querem concretizar os seus negócios, mas deparam com a falta de meios financeiros. Os Bancos não dão estas facilidades aos pobres porque não podem apresentar as garantias solicitadas pelos Bancos tradicionais.

Segundo Yunus (2010,pg. 14) com afirmação seguinte:

“ Durante a crise financeiro global que começou em 2008, a falsidade desses velhos pressupostos tornou-se mais evidente. Enquanto os grandes Bancos globais, com todas as suas garantias entram em colapso, por todo o mundo os programas de microcrédito que não dependem de garantias, continuavam a manter-se tao fortes como sempre. Será que esta demonstração ira fazer com que instituições Financeiras convencionais mudem de opinião em relação à sua tradicional do que constitui um contraente de empréstimo fiável? Abrirão finalmente as suas portas aos pobres?”

Segundo a declaração acima referida, não deveríamos perder oportunidade de convencer as nossas instituições Financeiras em instituições inclusivas. O acesso a serviços financeiros não deveria ser vedado a ninguém. Todas as pessoas com projectos viáveis devem ser dadas oportunidades.

Esta afirmação mostra que o microcrédito é muito importante para o desenvolvimento de uma sociedade e consequentemente o desenvolvimento da economia de um País. Quanto maior for numero das pessoas a produzirem, maior é a economia desse país.

A experiencia de microcrédito mostra de que o mesmo é importante para a sobrevivência e o crescimento de micro e pequenos empreendimentos, fazendo com que haja o desenvolvimento local.

Cavalcante (2004, p.43), afirmou o seguinte:

A escassez de crédito é muito mais severa para os micros e pequenos empreendimentos. Com isso há uma restrição considerável de sua capacidade

produtiva, que ocasiona um impacto negativo na geração de receitas e na ampliação de suas actividades, cuja consequência é um surgimento de um ciclo económico-financeiro restritivo.

Muitos empreendedores foram excluídos por falta de garantias, assim surge o microcrédito como alternativa para atender os microempreendedores que não tem acesso a sistema financeiro.

2. Características de cada organização: dimensão, clientes e actividades

2.1 Bambaram

De seguida apresentam-se alguns indicadores que caracterizam a Bambaram

Quadro nº 05 – Bambaram: alguns indicadores

Principais indicadores	30/9/2011	30/6/2012	30/9/2012	Variação
Nº de agências		01	01	0%
Nº de grupos/ beneficiários		191	191	0%
Saldo depositados (FCFA)		19310000	18670000	-3%
Crédito em mora (FCFA)		2000000	23133898	
Taxa de degradação da carteira		2%	36%	

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

A partir do resultado encontrado no Quadro, é possível esboçar algumas perspectivas que podem decidir a viabilidade da organização, através de alguns indicadores ilustrativos, onde constam depósitos, créditos em mora, actividades dos clientes etc.

A região de actuação envolveria, principalmente a região de Gabu, Bafatá, Quinara, Porque estas regiões praticam-se ainda mutilações genitais, sendo a luta contra tal prática um dos objectivos da organização.

Os agentes de crédito focam os seus trabalhos em comércio e outras actividades lucrativas. Realizam visitas aos clientes, divulgam os objectivos através das associações de moradores, pequenas reuniões de grupos dos bairros.

A organização Bambaram que tinha cessado as suas actividades nos anos anteriores, retomou a sua actividade este ano usufruindo de uma linha de crédito da embaixada da França no montante total de 100000000,00 FCFA, sendo beneficiários desta linha de crédito as mulheres (100%);

O crédito em mora cresceu rapidamente de 2000000,00 FCFA para 23133898,00 FCFA, uma variação muito acentuada, devido ao atraso nos pagamentos das prestações acordadas e, por outro lado, segundo os documentos fornecidos pelo Ministério das Finanças, através de CADESPC, um departamento criado para seguir e ajudar estruturar as organizações afirma, existem organizações que não cumprem as linhas de orientação dadas.

A taxa da degradação da carteira subiu de 2% para 36%, isto é, a carteira em risco subiu de 2000000,00 FCFA para 23133898,00 FCFA de 2º trimestre para 3º trimestre do ano 2012

Quadro nº 06 - Empréstimos e clientes em 2012

	2ºtrimestre	3ºtrimestre
Empréstimos	81.025.424	63.783.475
Crédito a Homens	0	0
Crédito a Mulheres	81.025.424	63.783.475
Crédito a Grupos	0	0
	100%	78,79%

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

O montante total do empréstimo concedido no 2º trimestre do ano 2012 atingiu o valor de 81025424 FCFA e no 3º trimestre do mesmo ano atingiu o valor 63783475 FCFA, uma quebra de 21,2%. Houve uma diminuição do crédito concedido por falta de financiador e elevado numero de créditos em mora. Nota-se uma discriminação a nível de concessão do crédito que, como já referido, só é concedido a mulheres.

Segundo a informação recebida do entrevistado, os clientes têm utilizado diferentes formas para poderem resolver os seus problemas, desde as formas mais tradicionais de conseguir o crédito, através do sistema bancário tradicional, ao recurso familiares com melhor posição financeiro, os amigos, etc.

Todos os créditos concedidos destinados a mulheres, não tendo sido concedido créditos a homens nem a grupos.

Quadro nº 07 – Crédito em moraano 2012

		2ºtrimestre	3ºtrimestre	Percentagem
Montante de crédito em mora		2.000.000	23.747.458	1087,4%
Total				
Montante de crédito em mora		0	0	
Homens				
Montante de crédito em mora		2.000.000	23.747.458	1087,4%
Mulheres				

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

Esta tabela mostra que os créditos em mora no 2º- trimestre alcançaram 2000000 FCFA, o valor que cresceu no 3º trimestre atingindo 23747458 FCFA.

Quadro nº 08-Número e natureza de cliente. Ano 2012

	Quantidade	Percentagem
Homens	0	0%
Mulheres	191	100%
Total	191	100%

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

O número de clientes ascendeu a 191, exclusivamente mulheres.

Quadro nº 09 - Indicador de finalidade de crédito, em 2012

Finalidade	Quantidade	Percentagem
Pequenos Comércio	130	68,1%
Outras	61	31,9%
Total	191	100%

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

Em relação ao indicador que mostra a finalidade de crédito, verifica-se que a principal actividade praticada nesta organização é a de pequenos comércios 68,1% contra 31,9% de outras actividades.

2.2 Divutec

À semelhança do que se fez para a Bambaram, apresentam-se, de seguida, algumas informações que caracterizam a Divutec.

Quadro nº10 - Divutec: Alguns indicadores

Indicadores	30/9/2011 3ºtrimestre	30/6/2012 2ºtrimestre	30/9/2012 3ºtrimestre
Número de agências	7	7	7
Número de beneficiários	5226	5531	5611
Salos depositados CFA)	170758915	157347620	136170087
Carteira de crédito (FCFA)	176985634	117937946	11981240
Crédito em mora (FCFA)	28909124	26421999	26421999
Taxa da degradação da carteira	16%	22%	

Var- variação

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

A organização Divutec em Setembro do ano 2011 atingiu 5226 beneficiários. E este número aumentou em Setembro de 2012 para 5611 beneficiários. Estes beneficiários trabalham por sua conta.

A carteira de crédito diminuiu em relação ao trimestre anterior, descendo de 117937946,00 FCFA para 11981240,00 FCFA.

A taxa da degradação da carteira subiu de 16% para 22%, isto é, a carteira em risco subiu em 30/9/2011 de 28909124,00 CFA para 2642199,00 CFA em 30/6/2012 e esta subida mantém o mesmo valor em 30/9/2012.

Quadro nº11 - Empréstimos concedidos

	3ºtrimestre 30/9/2011	2ºtrimestre 30/9/2012	3ºtrimestre 30/9/2012
Total dos empréstimos	176.985.634	117.937.946	11.981.240
Homens		87.626.435	4.893
Mulheres		23.237.503	3.433.000
Grupos		7.074.008	8.543.347

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

No quadro dos empréstimos totais concedidos verifica-se no 3º trimestre do ano 2011 um valor de 176.985.634 FCFA. Este valor diminuiu para 117.937.946 FCFA no 2º trimestre do ano 2012 e no 3º trimestre do mesmo ano houve alguma alteração dos empréstimos concedidos, baixando o valor para 11.981.240 FCFA.

É possível verificar que os homens beneficiaram dos empréstimos no valor de 87.626.435FCFA. Este valor é maior em relação aos concedidos a mulheres no valor de 23.237.503 FCFA e a grupos no valor de 7.074.008 FCFA, referente a 2º trimestre do ano 2012.

Relativamente ao 3º trimestre do ano 2012, a tendência inverteu-se, onde o empréstimo concedido aos grupos é igual a 8.543.347 Fcfa, valor que é maior em relação aos concedidos às mulheres (3.433.000 Fcfa) e os Homens (4.893 Fcfa).

Quadro nº12 - Crédito em mora

Indicadores	3ºtrimestre 30/9/2011	2ºtrimestre 30/9/2012	3ºtrimestre 30/9/2012
Crédito em mora total	28.909.124	26.421.999	26.421.999
Crédito em mora Homens		15.700.087	15.700.087
Crédito em mora Mulheres		7.378.922	7.378.922
Crédito em mora Grupos		3.342.990	3.342.990

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

Este quadro mostra o montante de crédito em mora no 3ºtrimestre do ano 2011 no valor total de 28909124 FCFA. Este valor diminuiu no 2º trimestre para 26421999 FCFA no ano 2012 e o valor mantém no 3ºtrimestre do mesmo ano.

Pode-se verificar no quadro que, o crédito em mora nos homens é 15700087 FCFA e maior aos das mulheres que é 7378922 FCFA e dos grupos que é 3342990 FCFA. Não houve variação entre 2ºtrimestre e 3ºtrimestre dos valores dos créditos em mora.

Quadro nº 13 -Indicador dos beneficiários quanto ao género, em 2012

	Quantidade	Percentagem
Homens	1.906	34,5%
Mulheres	2.744	49,6%
Grupos	881	15,9%
Total	5531	100,0%

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

Em relação ao género este quadro mostra que os beneficiários de crédito nesta organização não sendo todos do mesmo sexo verifica-se que a maioria são mulheres.

Quadro nº 14 – Indicador de finalidade de crédito, em 2012

Finalidade	Quantidade	Percentagem
Pequenos Comércio	5000	89,1%
Outras	611	10,9%
Total	5611	100%

Fonte: : Ministério das Finanças através de CADESPC

Para contrair um empréstimo a pessoa deve apresentar um projecto que deve ser avaliado pelos agentes de crédito que mantem o contato direto com os clientes. São os clientes é que escolhem as suas actividades.

O comércio representa 89,1% (5000) contra 10,9% (611) das outras actividades que os clientes da referida organização mais praticam, para obterem os seus lucros. Total das actividades é 5611.

2.3 No Pega Nimba

Finalmente, caracteriza-se, de seguida, a organização No Pega Nimba.

Quadro nº15 – No Pega Nimba: Alguns indicadores

	30/9/2011 3ºTrimestre	30/6/2012 2ºTrimestre	30/9/2012 3ºTrimestre
	A	b	C
Nº de agências	10	7	7
Nº de beneficiários	1877	1926	1946
Saldo de depósito	27325690	28134270	26373760
Carteira de crédito	7898340	7072950	8100275
Crédito em mora	6661070	515500	1951352
Taxa da degradação da carteira	84%	6%	24%

Fonte: : Ministério das Finanças através de CADESPC

O Quadro nº 15 mostra que a organização Na Pega Nimba no 3º trimestre do ano 2011 atingiu 10 agências número que diminuiu para 7 no 2º e 3º trimestre do ano 2012.

Quanto ao número de beneficiários em 2011, esse número foi de 1877 em 2º e 3º trimestre do ano 2012 este valor aumentou para 1926 e 1946, respectivamente.

Relativamente à carteira de crédito houve aumento no 3º trimestre do ano 2012, o que provocou um crescimento de 15% de carteira devido aumento de crédito concedido.

No que diz respeito aos depósitos dos clientes foi registado no 3º trimestre do ano 2011 os 27325690 FCFA. Este valor diminuiu no 3º trimestre do ano 2012 para 26373760 FCFA. A taxa da degradação da carteira não corresponde com instruções dadas pelo Banco Central BCEAO.

Nesta organização Mutualista, de acordo com a diminuição de crédito e degradação da carteira verificado e a existência de alguns créditos em mora, verifica-se ainda dificuldades para continuar a conceder crédito, precisando de um financiamento à semelhança das outras organizações na Guiné-Bissau.

Quadro nº 16 - Empréstimo e a natureza

Número de empréstimo	3ºtrimestre 30/9/2011	2ºtrimestre 30/6/2012	3ºtrimestre 30/9/2012
Número de empréstimos	81	86	84
Mulheres	59	62	59
Homens	18	21	22
Grupos	4	3	3

Fonte Ministério das Finanças através de CADESPC:

A organização Na Pega Nimba no terceiro trimestre do ano 2011 concedeu empréstimos num total de 81. Este número aumentou no 2º trimestre do ano 2012 para 86 e veio a diminuir no 3º trimestre desse ano, para 84.

Quanto ao género, a quantidade de empréstimos concedidos a homens é relativamente inferior aos concedidos a mulheres. Estas diferenças verificam-se nos trimestres acima referidos, mantendo-se sempre uma diferença muito significativa relativamente ao número de empréstimos concedido por sexo. De registar o fraco número de empréstimos concedidos aos clientes que formaram grupos e que foram 4 no 3º trimestre do ano 2011 e 3 nos 2º e 3º trimestres do ano 2012.

Quadro nº 17 - Empréstimos concedidos

	3ºtrimestre 30/9/2011	2ºtrimestre 30/6/2012	3ºtrimestre 30/9/2012
Montante de crédito (concedido)	16.367.200	250.000	320.000
Homens	2.677.950	0	70000
Mulheres	8.329.250	250000	250000

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

O montante do crédito concedido até ao 3º trimestre do ano 2011 foi de 16367200 FCFA. Verifica-se a diminuição deste valor no 2º e 3º trimestre do ano 2012 para 250000 e 320000, respectivamente.

Em relação ao género nota-se que, no ano 2011 o montante do crédito concedido às mulheres é igual a 8329250 CFA, o valor superior ao concedido aos homens que é igual a 2677200FCFA. No 2º trimestre do ano 2012 não foi concedido qualquer empréstimo à população masculina tendo sido concedido 250000FCFA às mulheres. De registar a evolução dos empréstimos concedidos aos homens que atingiu 70000CFA no 3º trimestre de 2012, ao passo que os empréstimos concedidos à população feminina mantêm o seu valor de 250000FCFA.

De acordo com informação obtida através da organização, o montante de crédito concedido teve uma redução, devido ao crescimento de crédito em mora e a diminuição de fundos dos financiadores. Como a maioria dos clientes desta organização enquadra-se nestes grupos de maior risco, houve uma queda do crédito concedido.

Os agentes de crédito focaram os seus trabalhos em comércio retalhista, peixeiras, calçados. Foram realizadas visitas aos clientes com o objectivo de perceber melhor as actividades propostas e ampliar a actuação da organização.

Estas visitas enquadram-se na iniciativa proposta pelo Professor Yunus que solicita aos seus alunos para andarem de bairro em bairros para acompanharem as actividades dos clientes, ajudar os clientes, mostrar a via mais viável para os seus projectos, etc.

Quadro nº18 - Crédito em mora

Período	3ºtrimestre 30/9/2011	2ºtrimestre 30/6/2012	3ºtrimestre 30/9/2012
Montante de crédito em mora	6.661.070	415.500	1.951.325
Montante de crédito em mora Homens	580.000	66.000	466.000
Montante de crédito em mora Mulheres	2.009.570	349.500	1.485.325
Montante de crédito em mora Grupos	4.071.500	-	-

Fonte: Ministério das Finanças através de CADESPC

No que diz respeito ao crédito em mora, o valor atingiu 6661070 FCFA no 3º trimestre do ano 2011. Sendo a população feminina a liderar com 2009570 FCFA contra 580000 FCFA dos homens e os 4071500 FCFA de ambos os sexos.

No ano 2012 o valor de crédito em mora chegou a quantia de 415500 FCFA e 1951325 FCFA no 2º e 3º trimestre respectivamente. A população feminina continua apresentar o valor de crédito em mora mais alto que atingiu 349500FCFA e 1485325 FCFA contra 66000FCFA e 466000 CFA correspondente ao 2º e 3º respectivamente e o crédito em mora de grupo não se houve nestes trimestres.

2.4 Comparação das três organizações

Analisando as instituições em curso em relação às suas características principais, nomeadamente Missão, Objectivos, Clientes, Actividades de investimento, estrutura organizacional e a forma de autorização do crédito pode concluir-se que existem algumas diferenças significativas entre as 3 organizações como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro nº 19 – Comparação da Bambaram, Divutec e Na Pega Nimba

	Bambaram	Na Pega Nimba	Divutec
Missão	Melhorar a condição socioeconómicos	Melhorar condição dos menos favorecidos	Melhorar condição dos menos favorecidos
Objectivos	Promover o desenvolvimento e participação das mulheres	Promover o desenvolvimento	Promover o desenvolvimento
Clientes	Mulheres >18 Anos	Mulheres e homens >18 Anos	Mulheres e homens Guineenses >18 Anos
Actividades, crédito e modalidade.	Comércios, peixeira, feirantes, compra de matéria-prima. 50000,00 A 100000,00 Individual- não Grupos de 5 a uma taxa de 2%/mês	Comércios, feirantes, silvicultura, agricultura, compra de matéria-prima. 50000,00 1000000,00 Individual e Grupos de 5 ou mais Taxa de 1,9%/mês	Comércios, feirantes, agricultura, matéria-prima. 10000,00 A 1000000,00 Individual Grupos de 5 a 7 Grupos de 20 a 30 na agricultura Taxa de 2% /mês
Estrutura organizacional e Solicitação e aprovação de crédito	Conselho da administração, fiscal, executiva Comissão de crédito	Conselho da administração, fiscal, executiva Comissão de crédito	Conselho da administração, fiscal, executiva Comissão de crédito

A organização Bambaram tem como objectivo promover o desenvolvimento das mulheres Guineenses ao passo que Na Pega Nimba e a Divutec têm o mesmo objectivo embora incluam na categoria dos clientes os homens e mulheres.

Assim, relativamente aos clientes, a organização Bambaram só tem clientes do sexo feminino com a idade maior ou igual a 18 anos enquanto as organizações Na Pega Nimba e Divutec atendem clientes têm de ambos sexos também com idade igual ou superior a 18 anos.

Todas as organizações praticam comércio, peixeira, feirantes e compra de matéria-prima. As organizações Na Pega Nimba e Divutec, além destas actividades praticam também agricultura e silvicultura.

A Bambaram não concede o crédito individual só concede credito em grupo a uma taxa de 2% por mês ao passo que as organizações Na Pega Nimba e Divutec concedem credito individual e a grupos a uma taxa de 1,9% e 2%, respectivamente, por mês.

Quanto a estrutura organizacional todas as organizações são compostas pelo conselho administrativo, conselho fiscal e comissão executiva.

Em conclusão, a Bambaram só concede crédito as mulheres ao passo que Na Pega Nimba e Divutec concedem a homens, mulheres e a grupos ainda que predominem os créditos a Mulheres.

As três organizações emprestam para actividades comerciais, peixeira, calçados.

O crédito em mora tem aumentado nas três organizações.

Segundo Barone et al. (2002, pp. 34-35):

“O impacto de microcrédito nas situações de pobreza é amplamente reconhecido. Ao permitir acesso continuado a credito para negócios com capital mínimo próprio, fortalece o empreendimento e aumenta a rendimento das famílias. Desse processo, muitas vezes, resulta à volta de filho para escola (se tivesse desistido por falta de meio financeiro), a construção de novos cómodos na casa e a melhoria da qualidade da alimentação da familiar.”

Muitas famílias não têm condições para pagar escolas dos seus filhos e outras despesas necessárias, condições indispensáveis para estabilidades das famílias.

3. O discurso dos entrevistados

3.1 Bambaram

Perfil dos clientes e sucessos alcançado

Depois da campanha levada a cabo pela organização, através dos seus agentes de crédito, os clientes dessa organização para solicitarem os empréstimos devem dirigir-se a instalações da organização, onde será atendido pelo agente de crédito que explicara passo a passo as exigências.

Segundo o entrevistado “ formamos agente de crédito que se desloca de bairro em bairro, de tabancas em tabancas para informar e inteirar os problemas dos nossos futuros potenciais clientes, quem estiver interessado em contrair os empréstimos, desloca-se a nossa representação ou agencia.”

A organização Bambaram é formada para defender os interesses das mulheres Guineenses, por isso os créditos concedidos são normalmente para as mulheres. Os créditos concedidos são a grupos e a responsabilidade pertence a cada elemento do grupo, isto é, são solidários.

Segundo o entrevistado “ Temos consciência da fragilidade, capacidades, os sentimentos emocional das nossas mulheres em relação a família, os sofrimentos das nossas crianças que são obrigados enfrentar a mutilação genital, os praticantes destes actos, os têm como uma profissão e neste sentido nos pensamos em alternativa para poder acabar com esta maldade feita contra o ser humano”.

Segundo o entrevistado, os clientes desta organização enfrentam muitas dificuldades cuja origem em maior parte dos casos vem da instabilidade política do País. Muitos clientes não reembolsam os seus créditos justificando que a guerra destruiu tudo o que foram construindo. O sucesso dos clientes não tem sido muito bom. Por outro lado, e muito positivo no quadro da Bambaram, a organização conseguiu fazer muitas “ fanatecas” abandonar esta profissão.

O entrevistado acrescentou o seguinte:

“Aminata Sila, tinha como profissão mutilação genital das crianças, porque os pais ao cederem as suas filhas para serem mutiladas, práticas tidas como honra de uma mulher, são obrigados à pagarem um determinado valor monetária, que serve como um vencimento da Aminata. Ao beneficiar de microcrédito, abandonou a prática e apostou em actividade geradora de rendimento”

A organização estabelece uma regra interna para salvaguardar se em relação aos novos clientes. Estas regras devem ser cumpridas pelas mulheres que querem tornar-se clientes da Bambaram.

“ Para ser o nosso cliente, a pessoa deve depositar o valor mínimo de 5000FCFA no banco BRS, numa conta indicado pela nossa organização e com este talão de depósito

Actividades praticadas e financiamentos

Como é sabido, em primeiro lugar a organização faz um diagnóstico de um público-alvo, de modo a perceber quais as necessidades reais dessas pessoas e que tipos de actividades podem ser geridos por elas com o apoio dos agentes de crédito. Também é importante assegurar projectos financiáveis, pelo que as actividades devem, naturalmente, ser geradoras de rendimentos.

Segundo o entrevistado, questionado sobre as principais actividades praticadas pelos clientes da sua organização, “ os nossos clientes são distribuídos em diferentes regiões com diferentes realidades, deste modo há actividades que dá muito lucro numa zona, mas noutra zona dá pouca rentabilidade, por isso os nossos agentes desloca-se para inteirar das realidades dos nossos clientes. Os que vivem nas zonas rurais inclinam-se para actividades agrícola e os das zonas urbanas recorrem a comércio, peixeiras, feirantes.”

Resumidamente, o crédito pode ser definido como um apoio, através de pequenos empréstimos de valor monetário, a determinado individuo ou pessoa colectiva, sendo que este se compromete a devolver o objecto conforme a natureza.

Quando um promotor da actividade não tem fundos próprios, ou não são suficientes, recorre a uma fonte de financiamento externa, no sentido de obter credito para poder desenvolver a sua actividade.

A organização Bambaram beneficia do financiamento da Embaixada da França e do banco BRS, estes financiamentos são utilizados para beneficiar as mulheres pobres da sociedade da Guiné-Bissau. Estes financiadores propõem as exigências que a organização deve cumprir.

Segundo entrevistado,” a Embaixada da França exige que o financiamento disponibilizado, fosse utilizado principalmente para as mulheres que têm como profissão mutilação genital, em troca de outra actividade rentável. O banco BRS exige que os empréstimos concedidos não

fossem utilizados para os fins pessoais. Procuramos cumprir todas as exigências, mas ainda temos muitas dificuldades financeiras. Sempre tentamos privilegiar as mulheres (fanatecas). ”

Questionado sobre o valor máximo e mínimo de crédito a conceder, o entrevistado afirma que, antes de conceder o crédito procura saber o projecto de cliente e a sua viabilidade no mercado em que insere, o valor mínimo a conceder é 50000,00 FCFA para a toda a finalidade e o máximo de 1000000,00 FCFA.” Os créditos obtidos pelos nossos clientes são concedidos pela nossa organização, de acordo com o custo do projecto, que a pessoa apresentou a organização, por isso montante é variável.” Desse o entrevistado.

3.2 Divutec

Perfil dos clientes e sucessos alcançados

De modo geral, os clientes são as pessoas que procuram o microcrédito com menor custo de transacção, como uma alternativa para o financiamento das suas actividades. Estes clientes procuram as instituições mais próximos das suas residências e também com menos burocracia.

Para conseguir clientes, a organização forma os agentes de créditos que se deslocam aos Bairros ou aldeias informar as pessoas, para darem a conhecer os objectivos da organização. Esses agentes procuram saber o número de elementos que possui cada família; como é que ganham a vida; que competências têm essas pessoas; o que as impedia de melhorarem as suas vidas, etc.

“ Nós, exigimos os nossos clientes que dessem opinião sobre o valor que estão dispostos a pagar mensalmente, tendo em conta actividades escolhidas por eles para desenvolverem ”

Segundo a entrevista ao responsável desta organização, o Divutec atingiu muitos jovens desempregados, que viviam em dependência. Hoje em dia, muitos destes jovens estão em 8º ciclos de empréstimos, vivem deste microcrédito e alimentam muitas famílias. “Exemplo: em 2007, o Mamadu contraiu um empréstimo para comprar uma máquina de costura, hoje em dia, o Mamadu está no seu nono ciclo de empréstimo com 8 máquinas e 12 funcionários. Há muitos iguais ao Mamadu em País”, disse...

A organização tem 7 agências espalhados por regiões, algumas destas conseguem obter lucros, isto é, pagar todas as suas despesas com pessoais, deslocações, etc. embora é uma

organização sem fins lucrativos, os clientes conseguem reembolsar na sua maioria os seus empréstimos.” Eu não quero ficar com credito em mora logo a primeira, prefiro reembolsar os empréstimos contraído, para poder beneficiar de novo empréstimo, mas o negócio não me corre bem como desejo”

Questionado sobre o modelo pagamento, o entrevistado informa que a organização evita o pagamento do empréstimo numa única prestação, porque mesmo que o cliente, tenha na sua posse o dinheiro, hesitará em devolvá-lo porque é uma quantia muito grande, e quantias assim não se largam facilmente.

Segundo o entrevistado.“ Decidimos que os pagamentos devem ser pequenos, suficientemente pequenos para que nunca criassem barreiras psicológicas”

Exigia aos seus clientes que pagassem os seus empréstimos em prestações mensais a uma taxa de 2%. A organização, tenta ter sempre lucro para cobrir todas as suas despesas para se proteger no futuro e para continuar expansão nas outras regiões do país.

É feito diagnóstico, os agentes de crédito incentivam as pessoas para terem ideias da poupança, incentivam as pessoas a pedirem empréstimos e mostrando a vantagem da mesma, instruindo a forma correcta de utilizar o dinheiro para poder ter a rentabilidade.

A formação é dada aos clientes de acordo com as suas competências a nível do que sabem fazer para viver.

Questionado se a organização tem preferência dos clientes em termos do sexo, o entrevistado afirma que, embora os clientes sejam maioritariamente as mulheres, não existe qualquer preferência do sexo para conceder empréstimo.” Somos a favor dos clientes que são capazes de gerar a riqueza e o emprego, estes é que são das nossas preferências, mas não temos preferência ao nível do sexo”..

Actividades praticadas e financiamentos

As principais actividades praticadas pelos clientes são: peixeiras, comercio, feirante, vendedores retalhistas de roupas, etc.” os nossos clientes procuram praticar actividades que os possam rentabilizar. Há cliente que vai a Gambia ou no Senegal os países vizinhos que vendem roupas de boas qualidades à menor preços e em troca levam para la os produtos nacional que interessa estes Países.”

Nos mercados financeiros existem vários intervenientes, uns com necessidades de financiamento, outros com necessidades de investimentos; uns mais conservadores ou com menos propensão ao risco, outros com percepção de risco.

A nível de eficiência dos mercados financeiros varia em função da sua organização. O nível de actividade do mercado financeiro determina o valor dos custos de transacção.

O recurso financeiro da organização Divutec provém dos empréstimos contraído do banco ou de capital de terceiro. “ Não temos os meios financeiro que nos permita ampliar as nossas iniciativas ajudando as populações por isso recorremos ao banco, mas este propõe condição que a nossa organização tem de cumprir para poder beneficiar do crédito” disse o entrevistado.

Segundo o entrevistado, o banco exigia que os empréstimos fossem reembolsados, que, os créditos concedidos devem ser usados para os fins destinados, não podendo ser desviados para outro destino diferente, não podendo ser usado para fins pessoais e ter uma conta aberta no mesmo banco.

O Banco BRS disponibiliza uma linha de credito no valor 10,0 milhões de FCFA, que se destina a beneficiar as pessoas com baixos rendimentos, desempregados, excluídos do sistemas financeiros tradicionais e que querem praticar actividades geradoras de rendimentos. Questionado sobre o valor máximo e mínimo de crédito a conceder, o entrevistado afirma que, antes de conceder o crédito procura saber o projecto de cliente e a sua viabilidade no mercado em que insere, o valor mínimo a conceder é 50000,00 FCFA para a toda a finalidade e o máximo de 1000000,00 FCFA.

No que diz respeito a ajuda financeira do estado, o entrevistado responde, que, o estado não dá o apoio financeiro a organização, dada a deficiência da capacidade financeira do mesmo, o único apoio que o estado garante é o apoio organizacional.

-É uma organização sem fins lucrativos, tem como maior objectivo a acção social, isto é, atingir as pessoas excluídas do Bancos clássicos por não apresentarem garantias reais aos bancos e querem praticar actividades geradoras de rendimentos.

3.3 Na Pega Nimba

O perfil dos clientes e sucessos alcançados

Na organização No Pega Nimba foi entrevistado o responsável da organização. Ao ser questionado pela predominância da população feminina no microcrédito, o entrevistado defendeu essa política, alegando de que existe tendência de o microcrédito concedido as mulheres por ser um crédito mais garantido, porque a mulher é mais confiável relativamente ao reembolso do que o homem e é por isso que pretendem elaborar incentivos para atrair mais as mulheres para a organização. Como ele afirmou na entrevista: "Mulheres olham para os seus filhos, querem que os seus filhos vão a escola e querem sempre o futuro melhor para os seus filhos. Alguns ficam sem comer até terem a certeza que os filhos já comeram"

Também na experiência do Professor Yunus (2010), foi feito um reparo sendo muitos os opositores que questionava, exactamente, porque razão é que a maioria da população feminina estava integrada nos créditos concedidos. O professor justificou essa situação dizendo que notou que as mulheres são bons pagadores e que, para além disso, as mulheres são clientes que, ao atingir sucesso procuram servir directamente a família, principalmente, os filhos que podem frequentar o ensino, posto de saúde e todos os benefícios possíveis.

De acordo com esta declaração feita pelo entrevistado, pode-se confirmar que coincide com as declarações do professor Yunus (1997), embora numa realidade diferente, isto é, a Guiné-Bissau é diferente do Bangladesh. Independentemente das condições sociais e culturais, nota-se mesmo nestes dois contextos diferentes que existe maior número da população feminina a procurar microcrédito e, de igual forma nota-se que a evolução financeira das mulheres reflecte-se directamente na qualidade de vida da sua família.

O entrevistado informa que a organização No Pega Nimba atingiu muitas mulheres desempregadas, viúvas e jovens que viviam numa situação extremamente difícil. Deu exemplo de duas mulheres comerciantes retalhista que estão nos seus 3º e 4º empréstimo, ambas com 7 (sete) empregados no total: "Aminata Djalo beneficiou de um empréstimo de 300000FCFA com objectivo de realizar um comércio retalhista, mas o seu objectivo foi um sucesso e ficamos todos contentes".

Estas pessoas atingidas eram pessoas sem emprego, com muitas dificuldades juntamente com as suas famílias, isto é, estas pessoas, embora correspondam a um pequeno contributo para diminuição da pobreza.

Segundo o entrevistado há muitos clientes que preferem contrair o empréstimo a nível pessoal e não querem formar grupo com as outras pessoas, porque acham que existem indivíduos que não cumprem com a sua palavra. Como afirmava na entrevista: ” Eu prefiro apresentar garantia para obter empréstimo em vez juntar com alguém que não sei como pensa. Hoje em dia há pouca confiança nas pessoas.”

Actividades praticadas e financiamento

A organização No Pega Nimba de acordo com o entrevistado “concede crédito para as áreas da pesca, do comércio, bens de consumo e todas outras áreas desde que “não agridam” a comercialização de carvão a partir do abate indiscriminado de árvores. A população da Guiné tem hábito de fazer a comercialização de carvão para cozinhar, por isso, o carvão é muito procurado. Para evitar a desertificação aconselhamos os nossos clientes para não praticarem o abate indiscriminado das árvores só para comércio.”

Os clientes que preenchem os requisitos exigidos pela organização são atendidos de acordo com a situação financeira. Como foi referido o papel dos agentes de créditos analisam a viabilidade de projecto apresentado pelos clientes.

O entrevistado afirma que a organização concede crédito a todos os cidadãos de baixo rendimento que tenham idade mínima de 18 anos e que queiram desenvolver actividades viáveis ou melhorar as suas actividades ou adquirir mercadorias. A maior actividade praticada pelos seus clientes é: comércio retalhista, peixeiro etc.. é criada uma comissão que acompanha as actividades dos seus clientes: “ Quando um cliente apresenta o seu pedido de crédito nos pedimos a identificação da pessoa e depois exigimos para depositar dinheiro no Banco indicado por nós.”

Segundo entrevistado” A nossa organização sempre se preocupa com as actividades escolhidas pelos nossos clientes e com dinheiro que a nossa organização está a disponibilizar para os conceder empréstimo, por isso foi criada uma comissão para acompanhamento da viabilidade dos seus projectos”

Para conseguir os clientes os agentes de crédito são sujeitos a formação específica e depois deslocam-se para o terreno, a fim de entrar em contacto com a população, de informar os seus objectivos e de procurar saber da capacidade estratégica da população em procurar actividades rentáveis e, finalmente, a fim de estudar o mercado: ” Há cliente que pede

empréstimo para praticar uma actividade que muitas das vezes não tem mercado suficiente para poderem ter rendimento, os nossos agentes aconselha-os a ver outra oportunidade”

Questionado sobre o modelo de pagamento, o entrevistado informa que os próprios clientes participam na definição do valor a pagar por mês. Segundo o entrevistado este valor deve ser suficientemente acessível para todos os elementos de grupos de acordo com a sua actividade.

O banco BRS, também para a organização No Pega Nimba disponibiliza uma linha de crédito para que esta organização possa satisfazer os seus clientes. A condição imposta pelo banco é: não utilizar o dinheiro em benefício individual ou grupo, ter conta aberta neste banco.

Este financiamento tem em vista a expansão deste negócio, a modernização de suas operações, a melhoria do seu espaço físico e ampliação da sua área de actuação, dentro do mercado, segundo o entrevistado. “ Temos tido muita dificuldade em conceder o crédito por falta de meio financeiro embora existe algumas agências que concede mais em relação à outra.”

O principal financiador da organização vem da área privada, porque o estado não tem meios financeiros suficientes para financiar as organizações, devido a sua fragilidade. Segundo entrevistado, o estado apoia a ideia da existência das organizações tendo mesmo criado as leis para a sua regulamentação.” O estado ainda tem problema de honrar o seu compromisso com os funcionários públicos por isso compreende a sua fragilidade, mas não podemos desistir, vamos continuar a bater a porta”.

Quanto a sustentabilidade financeira da organização é preciso ver os quadros dos indicadores acima referidos, onde se verifica elevado número de crédito em mora, degradação da carteira crédito, etc., embora tem havido esforço neste sentido. Existem algumas agências no interior do país que estão a conseguir sucesso com os seus esforços, segundo o entrevistado.” As agências do interior pagam as suas despesas com os seus meios interno, porque muitos clientes no interior reembolsam os empréstimos, como já referi a instabilidade política do país também tem a sua responsabilidade porque os investidores têm medo de perderem os seus investimentos.”

4. Cruzamento das informações

Segundo os dados recolhidos, é possível verificar que a Guiné-Bissau tem uma tarefa enorme pela frente, sendo necessária a participação de todo Guineense para um futuro melhor, a caminho de desenvolvimento e progresso nacional.

Verifica-se que, no período da estabilidade política se regista um crescimento bastante significativo do PIB; as pessoas de negócios têm mais possibilidades de realizarem as suas actividades económicas; é mais fácil as organizações receberem os reembolsos dos seus clientes.

Com a instabilidade política, muitos clientes não têm como rentabilizar as suas atividades. Por outro lado, talvez a instabilidade também tenha sido a razão para maior número de desistência escolar, porque o governo não tem tempo para definir melhor a política educativa.

Segundo Stiglitz (2002:52):

“ A privatização, a liberalização e a macro estabilidade supostamente cria um clima que atrai investimentos, do exterior. Tais investimentos geram crescimentos. As empresas estrangeiras trazem consigo a especialização técnica e acesso a mercados estrangeiros, gerando novas possibilidades de emprego. As cooperações estrangeiras também têm acesso a fonte de financiamento, algo importante nos países em desenvolvimento, cujas instituições em geral são fracas.”²⁷

Esta realidade mostra que a estabilidade de um país é muito importante para o seu desenvolvimento, porque os investidores poderão ter muitos receios de não recuperarem os seus investimentos, com as constantes instabilidades que a Guiné-Bissau tem vivido nos últimos anos.

O Ministério das Finanças da Guiné-Bissau acusa as organizações da sociedade civil por não estarem a cumprir as orientações dadas pelo Banco BCEAO, o que pode provocar os insucessos que têm ocorrido em algumas organizações.

Os dados da pesquisa obtida, mostram a fragilidade do sistema judicial, já que para muitas mulheres foram violados os seus direitos; todavia, a organização Bambaram tem feito um

²⁷ Fonte: Jorge nunes Henrique Muniz da Conceição (2005), *microcrédito como a ferramenta de geração de renda e emprego*: uma análise de experiencia publica Municipais. Dissertação de mestrado em Administração pública e da empresa. Escola Brasileira da Administração Pública e da empresa. Soft xpansion perfect PDF reader. Acesso em 2/09/2012

trabalho notável ao conseguir alternativa, para fazer as profissionais desta área, a mudarem de profissões.

As populações da Guiné-Bissau por falta de esclarecimentos, recusam dirigir-se ao serviço Sanitária para se tratarem; estas práticas reflectem-se nas suas fragilidades físicas e, em última análise, no semear da pobreza.

As três organizações estudadas estão a lutar para o mesmo objectivo, o que é bom, porque estão ajudar as pessoas sem possibilidades a contraírem os empréstimos, servindo intermediários entre os bancos tradicionais e os clientes, permitindo os pobres criarem as suas próprias actividades que, os possam rentabilizar mais, criando assim os empregos para estas pessoas, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade da Guiné-Bissau.

No que diz respeito ao sucesso alcançado pelas três organizações, verifica-se, um notável sucesso alcançado. A Bambaram conseguiu fazer mudar de profissões muitas mulheres que praticavam actividades nefastas e prejudiciais a muitas meninas. A Divutec e No Pega Nimba, conseguiram tirar muitas mulheres, homens e jovens do desemprego que agora alimentam muitas famílias.

A organização Bambaram só concede crédito às mulheres ao passo que Divutec e No Pega Nimba não têm preferência em sexo, só se preocupam com clientes cumpridores dos seus compromissos, com projectos viáveis, capazes de criar riqueza.

O estado da Guiné-Bissau não participa com meio financeiro para financiar as três organizações; a única ajuda que o estado promove é a nível organizacional. Todas as outras ajudas a nível financeiro provêm dos privados.

Os dados obtidos mostram, no entanto, um número elevado de taxa de degradação das carteiras em todas organizações, o que pode fazer perigar a sustentabilidade das organizações, embora os entrevistados tenham manifestado a existência de alguns sucessos alcançados pelas agências no interior da Guiné-Bissau que conseguem cobrir as suas despesas.

Os documentos a que tive acesso sobre as organizações que concedem microcrédito na Guiné-Bissau, através do Ministério das Finanças, delegado pelo estado para ajudar organizar as organizações, é possível notar algumas contradições em relação as declarações feitas pelo entrevistado da organização Bambaram que afirmou que, esta organização concede crédito em grupo, mas os quadros indicadores não demonstraram esta realidade.

O Ministério das Finanças aponta seguintes falhas nas organizações:

- A Falta de transmissões atempadas às autoridades da Tutela dos principais indicadores de actividade;
- Violação das Instruções do BCEAO nomeadamente sobre as limitações dos gastos em actividades não geradora de rendimento;
- As perdas elevadas do crédito (créditos > 12 meses de atrasos);
- Alta taxa da degradação da carteira para além das normas estabelecidas pelo Banco Central;
- As capacidades da produção das informações por parte das IMF são fracas;
- Degradação dos principais indicadores das atividades;
- Falta dos seguimentos periódicos do SMS às organizações;
- Dificuldades das organizações em produzir as informações trimestrais;
- Falta de Capital para dar a continuidade as atividades geradora do rendimento;
- Ausência dos estados financeiros nas organizações;

Estas são principais faltas marcantes do 3º trimestre do ano 2012. Segundo os dados fornecidos pelo Ministério das Finanças de acordo com os indicadores das actividades recebidos, é possível verificar que o sector não esta indo bem, uma vez não é respeitado as instruções de BCEAO, colocando em risco a vida do sector.

CONCLUSÃO

O mercado financeiro é reconhecido como um instrumento muito importante no desenvolvimento económico de um País, porque através dele que os empresários garantem a possibilidade de viabilizar os seus projectos e expandir os seus negócios.

Embora o crédito bancário possua uma serie de exigências que afastam as pessoas do crédito tradicional. O microcrédito pode ser uma alternativa capaz de contornar esta tendência, beneficiando os mais necessitados e as suas famílias.

No que diz respeito a concessão do crédito, é possível verificar que todos os entrevistados afirmaram que os créditos são concedidos aos clientes com projectos visivelmente viáveis. Neste caso é possível notar que a inovação, a criatividade, o acompanhamento das necessidades e a satisfação dos clientes devem ser pontos em considerações para atingir sucessos e desenvolvimento.

Isto é bastante excelente quando a população participa em grande número para a criação de rendimento num país em via de desenvolvimento. Mas o que me parece ainda mais positivo é que este número de pessoas que participa na acção de desenvolvimento deve ser apoiado e beneficiar de um acompanhamento possível.

Sen (2007, p.18), afirma que, para atingir um desenvolvimento, é preciso acabar com “ as principais fontes da privação da liberdade: a pobreza, a carência da oportunidade económico, distribuição social e sistemática, negligência do serviço público de estado, intolerância ou intervenção excessivamente de estados repressivos”

Quanto ao perfil dos clientes nota-se que existe discriminação quanto a escolha. Por outro lado, mesmo com o acompanhamento que está a ser levado a cabo pelo agente de crédito, algumas das vezes o crédito concedido corre muito risco de ser convertido em consumo de próprio beneficiário. Assim as organizações devem estar presentes em alguns recursos para garantir o crédito de produção, fazendo o pagamento directo aos fornecedores dos clientes.

Todas as organizações, segundo os entrevistados, dão formação aos seus clientes, no sentido de tomarem conhecimento das dificuldades com que se irão confrontar e de compreender as melhores maneiras de realizar as suas actividades.

Segundo Yunus (1997, p. 303), a formação traz conselhos e ensinamentos valiosos:

“A formação é extremamente importante para ajudar as pessoas a resolver as suas dificuldades económicas de uma forma mais rápida e seguro. Mas o que estou a dizer é que não se deve pôr o carro à frente de bois. Deve-se brotar as competências naturais das pessoas antes de serem cortadas pelas estruturas elaboradas, muito estruturadas e tao bem-intencionadas da formação. Não se deve forçar as pessoas à formação só porque pensamos que precisam dela. Devemos apoiar-las quando começarem a sentir que precisam da formação e começarem a procura-la. Depois estão dispostas a pagar em dinheiro ou géneros para a obter.”

No que diz respeito a sustentabilidade financeira para uma organização que está a procurar de servir a população pobre é indispensável a formação, para que a continuidade da missão da organização: servir as pessoas que mais precisam.

Segundo Kabeer (2006), a sustentabilidade é a habilidade de uma instituição ou um programa de microcrédito de criar os fundos suficientes para cobrir os seus custos.

Segundo Mazzutti (2005), existem organizações que conseguiram alcançar os pobres com grande autonomia, isto é as organizações têm capacidades de reduzir a pobreza, oferecendo serviços as pessoas pobres de forma sustentável e auto-suficiente, sem depender de doação/subsídio de Governo.²⁸

Admite-se que qualquer organização na sua face inicial precisa de um fundo que, poderá ser obtido de várias formas. Através dos seus bolsos, donativos da fundação, ONG, dos amigos, empréstimos bancários. Mas este financiamento não pode ser internamente com o mesmo volume. O que significa que o financiamento oferecido pelos agentes acima referidos pode deixar de funcionar devido aos problemas internos de cada uma delas, mudanças da direcção por ter terminado o mandato, a impossibilidade financeira, etc., situações que comprometerão profundamente o funcionamento da organização e do apoio aos seus beneficiários. Por isso a organização deve evidenciar esforço para ficar auto-suficiente.

Segundo Yunus (2010, pp.145-170), uma organização que pretende sucesso não pode depender dos donativos como a fundação. Embora admita que esta ajuda permite a organização a crescer, segundo o professor é preciso criar-se um sistema que seja sustentável

²⁸ Fonte: estudo feito pela sociedade Brasileira de economia, Administração e sociologia rural (26 a 30 de Julho 2009) – Google.

e financeiramente viável para uma população rural. A auto-suficiência de uma empresa surge, para Yunus, como um meio caminho para conseguir o sucesso.

Para uma organização que fornece microcrédito, a criação de um fundo é muito importante e indispensável, por isso os depósitos dos clientes e o reembolso de crédito obtido são factores que permitem manter uma organização auto-sustentável. As informações fornecidas pelas organizações e pelos entrevistados permitem verificar que existe diminuição dos fundos em todas as organizações.

Esta afirmação coincide com a declaração do professor Yunus (2012:13), quando esclarece que os fundos obtidos pela organização e que são utilizados para a concessão de crédito provêm de depósitos dos depositantes. Mais de metade dos depósitos são dos próprios contraentes de empréstimos.

Os juros que estão a ser praticados pelas três organizações Bambaram, Divutec e No Pega Nimba são muito elevados, tendo em conta as actividades lucrativas do país. Estas taxas poderão estar na origem da alta taxa de degradação da carteira, dos elevados juros em mora e outras dificuldades que os clientes podem ter para reembolsarem os seus empréstimos.

Verifica-se desde o início que as organizações lutam em comum para servir as populações menos favorecidas ou seja as pessoas excluídas do banco tradicional e que constituem força activa. Os créditos concedidos e que estão em mora são bastantes significativos, o que pode dificultar a continuação da operação com maior eficácia.

A investigação realizada mostrou, então, que apesar do importante trabalho que as três organizações estudadas têm vindo a realizar no sentido de ajudar as populações mais pobres a romperem com esse destino de pobreza, existem factores que tornam mais difícil esse trabalho, nomeadamente a elevada taxa de juro que praticam, as dificuldades de boas práticas por parte dos seus clientes e a própria situação de crise e de indefinição do país cujas lutas deixam sequelas entre a população e têm consequências negativas quer em termos sociais quer na actividade económica.

Como ensina Yunus a partir da sua vasta experiência na utilização do microcrédito para melhorar as condições de vida dos mais pobres:

“Não há caminho directo para o sucesso. É necessário persistência e paciência e não perder entusiasmo. Encontrar um caminho correcto demora muitos anos a concretizar.” (2010, p. 120).

Isto é, a nossa primeira experiencia pode não ser melhor, mas se não for, não devemos ficar desanimado e deixar o nosso projecto cair. Temos que procurar sempre o caminho de sucesso, embora não é fácil.

Portanto, o que para uns é sinonimo de problemas para outros pode ser uma oportunidade. A procura por microcrédito, originada por pequenos negócios cujas finanças estejam razoavelmente organizadas, pode se constituir em uma das possibilidades para se estabilizar num determinado mercado.

Apesar dos esforços desenvolvidos pelo governo a nível das organizações, ainda temos a desigualdade social entre as sociedades existentes na Guiné-Bissau, o problema poderá ser resolvido com a vontade politica, estabilidade politica e o planeamento de longo prazo.

Neste sentido, o microcrédito é uma das alternativas no fornecimento de recursos para as pessoas com baixo rendimento, que procuram a oportunidade para uma vida melhor, por meio dos seus próprios esforços, de forma a transforma-los em pequenos empreendedores, embora o governo enfrente uma difícil situação financeira.

Assim, constatamos que o microcrédito é de grande importância para o desenvolvimento económico, por isso é necessário massificar seus programas para que possua condições de atender a procura existente e também ter em conta a taxa de juros que esta a ser praticada. À medida que o microcrédito for se tornando favoráveis aos pequenos negócios, estaremos a caminho para o equilibrio entre a oferta e a procura e promovendo não apenas crescimento mas o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau.

Segundo a experiencia vivida noutros Países, a enfase em sustentabilidade e eficácia, preconizada como o caminho para expandir o microcrédito e aumentar a sua penetração entre os mais pobres, pode levar o efeito contrario à medida que para se tornarem financeiramente sustentáveis, as instituições tendem a se afastar de clientes mais vulneráveis.

Referências Bibliográficas

- António C. Gil (2002), *Como elaborar o plano de pesquisa*, 4º ed. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Bardin, L. (1977:137). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições70 Lda.
- Bastardo, C. (2011). *Gestão de activos financeiros*. Lisboa: Editora Escolar.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativo em Educação*. Porto: Porto Editora Lda.
- Camilo L. (2012). *o que fazer para tirar crise de Portugal*, 5ª ed. Dezembro 2012, Lisboa: Editora. Matéria-prima.
- Coutinho, A. & Silva, C. P. (1998). *Uma nova oportunidade, microcrédito em Portugal*, 1ª ed. Lisboa: Millennium BCP.
- Ferreira J. G. (2013). *Propostas para uma economia mais produtiva e para uma sociedade mais equilibrada*, 3ª ed. Jul., 2013. Editora. Do grupo Leya.
- Frango, A. (2002). *Pobreza e desenvolvimento local*. Brasília: AED.
- Mazzuti, C.C. (2005). *Microfinanças no Brasil: a final existe um trade-off entre o foco na pobreza e a sustentabilidade financeira*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre.
- Psico, J. A. T. (2010). *Microfinanças- Solução para combate a pobreza*. Lisboa: Editora Escolar.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. 2ª Edição. Lisboa: Grávida.
- Sen, A. (2007). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shreiber, J. G. (2009). *Papel do microcrédito no combate a pobreza: avaliação do impacto sobre a renda do microempreendedores, clientes do Banco do Empreendedor*. Tese apresentada à Universidade Federal de Panamá.
- Soares M. (2010). *Economia politica* 11ª ed. Lisboa: Editora. Almeida Medina

Yunus, M. (1997). *O banqueiro dos pobres*. Algés: Editora Difel 82-difusao Editora, S.A.

Yunus, M. (2010). *A empresa social*. Lisboa: Editorial Presença.

Yunus, M. (2002). *Banqueiros dos pobres*, 1ª ed. São Paulo: Editora Ática

Webgrafia:

[Soft Xpansion perfect PDF reader](#). Acesso em: 17 /12/2012

[Www.saa.unito.it/pdf/alfa/tomolin.pdf](http://www.saa.unito.it/pdf/alfa/tomolin.pdf). Acesso 18/ 05/2013

www.microcredisummit.org . Acesso em: 13/11/2012

www.didinho.org/versao-portugues . Acesso 11/2/ 2013

[http://www.infopedia.pt/\\$guine-bissau](http://www.infopedia.pt/$guine-bissau). Acesso 10/5/2013.

<http://www.dacen.gov.br/htms/public/microcredito>. Disponível em 2/10/2012

www.grameen-info.org/mcredit. Acesso em 8/02/12

www.soft-xpansion.com . Acesso 12/07/ 2013.

www.grameen-info.org/mcredit. Acesso em 8/02/12